

-----ATA N.º 4-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e nove de abril de 2019, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1- Proposta n.º 9/AM/2019 – Votos, moções e recomendações:-----
 - Voto de Pesar - Vítor Campos-----
 - Moção - Centro Hospitalar do Oeste-----
- 2 - Proposta n.º 10/AM/2019 - Informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município;-----
 - 2.1 – Informação sobre competências delegadas:-----
 - 2.1.1 - Proposta n.º 11/AM/2019 – Tomada de conhecimento de cedência de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica de 9/11/2017);-----
 - 2.1.2 - Proposta n.º 12/AM/2019 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica de 30/11/2018);-----
- 3 - Proposta n.º 15/CM/2019 - Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2018, do Município de Torres Vedras;-----
- 4 - Proposta n.º 16/CM/2019 - Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2018, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----
- 5 - Proposta n.º 17/CM/2019 - 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Município de Torres Vedras para 2019;-----
- 6 - Proposta n.º 18/CM/2019 - 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2019 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----
- 7 - Proposta n.º 19/CM/2019 – Autorização para contratação de empréstimo de médio prazo para financiamento da requalificação de arruamentos na freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, até ao montante de € 212.000,00;-----
- 8 - Proposta n.º 20/CM/2019 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Empreitada para reabilitação de pavimentos em vala no concelho;-----
- 9 - Proposta n.º 21/CM/2019 – Minuta contrato-programa a celebrar com a Promotorres, E.M. para a gestão e exploração do Parque Regional de Exposições – Expotorres;-----
- 10 - Proposta n.º 13/AM/2019 – Relatório Anual de atividades 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras;-----
- 11 - Proposta n.º 22/CM/2019 - OesteCIM – Programa de Apoio à redução tarifária (PART);---

---- 12 - Proposta n.º 23/CM/2019 - Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 1/08;-----

---- 12.1 - Policiamento de proximidade – Decreto-lei n.º 32/2019 de 4/03; -----

---- 12.2 - Proteção Civil – Decreto-lei n.º 44/2019 de 01/04. -----

---- 13 - Proposta n.º 24/CM/2019 – Projeto de Regulamento Municipal de reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local;-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal, José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldés, Maria Leonor Marques Marinheiro, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso, Vitor Manuel Mendes, Cristina Isabel Tereso Francisco Henriques e Rui Manuel Pinto Ibañez Matoso.-----

---- Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira.-----

---- Faltou o deputado municipal Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques.-----

---- Período aberto à intervenção do Público:-----

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA – ABRIL:-----

---- O **Sr. Jorge Manuel Soto-Maior Costa** começou por dizer que nesta sua intervenção pretendia falar de factos que viveu e situações que constatou.-----

---- Assim deu nota que há 4 anos fez uma exposição em termos de participação pública ao SICAVE em que alertava para o uso do telemóvel na condução, 4 anos depois veio a público que o telemóvel é realmente um problema que está a originar o aumento dos sinistros inexplicáveis, 4 anos para perceberem.-----

---- Deu nota também que há 6 anos fez uma exposição ao Ministério do Comércio e da Concorrência sobre a abertura dos estabelecimentos de grande dimensão aos domingos e 6 anos depois teve um aliado, já que o Bispo do Porto referiu-se a isso mesmo na homilia pascal. -----

---- Continuou assinalando que de algum tempo para cá tem verificado que muitas das pessoas que andam na política vivem o “Abril” de formas diferentes, acrescentando que nasceu antes do 25 de Abril, em 67 e sabia o que eram os senhores do capuz. Após tecer algumas considerações sobre o período que antecedeu o 25 de abril, referiu que em 1974 percebeu o significado das palavras fascismo e subdesenvolvimento e também constatou que muitas das pessoas mais velhas do que ele, naquela altura não faziam ideia do significado destas palavras, o que lamenta, e pretende hoje partilhar esta memória para que seja seguida por jovens e não só lembrada nas refeições de família ao domingo. -----

---- Defendeu que o encerramento das superfícies comerciais ao domingo não serve só para valorizar o comércio tradicional e o centro histórico, traduz também uma exigência a nível da demografia, assunto que subtilmente foi aflorado pelo Presidente da República no seu discurso do 25 de Abril, e pensa que talvez daqui a 5 ou 6 anos alguém venha a este órgão deliberativo falar acerca do decréscimo demográfico do concelho de Torres Vedras e do país. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

AUDIÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE ZONAS COM ÁRVORES: -----

---- O **Sr. Vitor Silva** disse que veio sugerir que a Câmara Municipal de Torres Vedras, no que diz respeito às áreas arborizadas da cidade de Torres Vedras, ausculte as populações para saber as suas aspirações, em vez de tomar decisões tecnocratas. -----

---- Solicitou que lhe seja facultado o acesso aos estudos que já foram feitos e os que serão feitos no que respeita a estes mesmos projetos, bem como o projeto que visa a Ribeira do Choupal e indagou se foram feitos estudos acerca da flora e da fauna que envolvem essa mesma ribeira. -----

---- Disse esperar que o seu pedido seja satisfeito lembrando que em tempo, como fotógrafo amador, solicitou que lhe fosse facilitado o inventário das árvores existentes no Parque do Choupal, sem mais nenhum intuito que não fosse fotografar as suas várias fases ao longo do ano, mas sem sucesso, apesar da sua insistência. -----

---- O **Presidente da Câmara** informou que a Câmara Municipal levou a cabo, neste mesmo espaço, no dia 20 de março, uma sessão pública de esclarecimento sobre o Plano de Rearborização da cidade de Torres Vedras, que visa ter instrumentos que lhes permita tomar decisões em função dos diagnósticos que são desenvolvidos. -----

---- Deu nota ainda que a todas as questões que o munícipe solicitou estão em condições de disponibilizar as respostas. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PROTEÇÃO CIVIL EM ESPAÇO PÚBLICO:-----

--- O **Sr. João Manuel dos Santos Rafael** veio solicitar resposta a e-mail que enviou para a Câmara Municipal no dia 15 de julho de 2018, -, onde reportou uma situação de insegurança na Serra da Vila, onde mora, causada por um muro com apenas 27 centímetros que ladeia a sua casa do lado da capela, e apelou à resolução do problema.-----

--- O **Presidente da Câmara** tomou nota para poder responder em conformidade o mais brevemente possível.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AMBIENTE:-----

--- O **Sr. Eduardo Matoso** começou por questionar se a Câmara Municipal de Torres Vedras equaciona proceder a ações de reflorestação de árvores autóctones, que trás mais benefícios ambientais e menor custo para os orçamentos camarários do que contratar uma empresa de construção civil para realizar um cortejo fúnebre de 40 tocos até à Expotorres.-----

--- Assinalou que a necessidade de reflorestar o concelho é extremamente notória.-----

--- Assinalou também que, apesar de um estudo da Câmara Municipal de Torres Vedras demonstrar que a absurda percentagem de eucaliptos nos terrenos florestais é mais de 80%, continua a incentivar a exploração destes terrenos para a produção de eucaliptos e ao mesmo tempo orgulha-se de possuir muitos e memoráveis galardões ambientais.-----

--- Sendo tão sabedora nestas questões, saberá a autarquia que os eucaliptos em fileiras, umas atrás das outras, causa malefícios, entre os quais secar e empobrecer os terrenos, monopolizando a terra, sendo muito difícil que outras plantas se fixem, o que incapacita a formação de habitat vivos, tornando estes terrenos autenticas minas a céu aberto para extração de madeira, considerando que este tipo de uso das florestas é um atentado enorme contra a natureza e meio ambiente.-----

--- Defendeu que se este paradigma florestal não for alterado, os recursos naturais continuarão a diminuir, ou seja, o solo ficará desertificado e os aquíferos drenados, chupados pelos eucaliptos para lá de recuperação.-----

--- Disse que a Câmara Municipal tem de decidir se é pelas pessoas e por um concelho vivo no futuro, ou se é pelo lucro das madeireiras e fábricas de celuloses.-----

--- Assim e perante este mensurado quadro do império eucalipto, questionou o que se propõe fazer para que os torrienses daqui a 50 anos venham encontrar um oeste que não seja deserto, um oeste que não seja mais uma vítima da subexploração dos terrenos ditos florestais.-----

--- O **Presidente da Câmara** esclareceu que o município tem vindo a fazer o trabalho no sentido de passar a mensagem que a reflorestação tem de ser autóctone, e têm tentado incrementar a transição de eucalipto para pinheiro manso, pinheiro bravo e outras espécies, para a atividade florestal caminhar no sentido de ter uma matriz florestal ordenada no concelho.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Teve início o Período de antes da Ordem do Dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

DOCUMENTO 1 – Ofício número 2664, do Presidente da Câmara, de 29/04 a dar conhecimento da carta da GIOAB, Lda, que foi submetida a reunião do executivo do dia 16 do corrente mês, a informar que apresentou no processo de insolvência da Construtorres Imobiliária II, uma proposta para prosseguimento e conclusão do procedimento de licenciamento e construção da obra do Mercado – Lotes 1 e 2, para o qual necessariamente o município de Torres Vedras terá que ser parte, por ser proprietário dos lotes em causa. -----

DOCUMENTO 2 – Ofício número 2665 do Presidente da Câmara, de 29/04, a dar conhecimento do relatório e contas do exercício económico de 2018 da empresa municipal, Promotorres, aprovado na reunião ordinária da Assembleia Geral que decorreu no dia 16 de abril de 2019, bem como dá conhecimento da recomposição do seu Conselho de Administração, com a nomeação do Dr. Rui Penetra, após pedido de exoneração do presidente Cesar Costa. -----

DOCUMENTO 3 - Mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 19 de março, a dar conhecimento que apresentaram na Assembleia da República um projeto de resolução, que recomenda ao governo que diligencie para erradicar o uso do glifosato, cuja discussão foi agendada para dia 20 de março na comissão de agricultura e mar. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 4:-----

---- E-mail do deputado municipal Rui Lopes de 16/04/2019, a informar que estará ausente, por motivo de férias no período que engloba os dias 25, 29 e 30 de abril, solicitando a sua substituição.

---- Encontrava-se presente em sua substituição Artur Alexandre Santos Narciso. -----

DOCUMENTO 5:-----

---- E-mail do deputado municipal Jacinto Leandro de 16/02/2019, a informar que estará ausente, por motivo de férias no período que engloba os dias 25 e 29 de abril, solicitando a sua substituição.

---- Encontrava-se presente em sua substituição Vitor Manuel Mendes.

DOCUMENTO 6:-----

---- E-mail de João Pedro Gomes, de 23 de abril, a comunicar que por motivo de ausência de Torres Vedras no dia 29 de abril, não lhe é possível compareceu na sessão solicitando a sua substituição por Cristina Isabel Tereso Francisco Henriques. -----

DOCUMENTO 7:-----

---- E-mail de João Rodrigues, de 28 de abril, a informar que por motivo de indisposição de saúde cardiovascular não lhe é possível comparecer na sessão agendada para 29 e 30 de abril, solicitando

a sua substituição. -----

---- Foi convocado e encontrava-se presente Rui Manuel Pinto Ibãnez Matoso. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 23 E 24 DE JANEIRO DE 2019 – TAXAS E CORRESPONDENTES REVISÕES ORÇAMENTAIS NA SEQUÊNCIA DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – RATIFICAÇÃO NA SESSÃO DE ABRIL: -----

---- Relativamente ao assunto em título e de acordo com comunicação do edil nesse sentido, o **Presidente da Assembleia** informou que até à presente data, para o exercício das referidas competências não foi necessário proceder-se à criação de novas rubricas de despesa e receita pois foi possível efetuar a cobrança de acordo com a tabela de taxas em vigor. Os atos não foram praticados pelo que não há ratificação. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA/TESE DE DOUTORAMENTO: -----

---- O **Presidente da Câmara** pediu a palavra começando por dizer que enquanto cidadãos todos têm direito à sua dignidade e bom nome. -----

---- Prosseguiu dizendo que recentemente veio a público um conjunto de notícias sobre o seu doutoramento, que é um assunto do foro privado e está a ser tratado nas instâncias próprias. Terminou a sua intervenção referindo que podem contar com o Carlos Bernardes e com o presidente da câmara municipal para prosseguir o desígnio de todos que é servir os torrienses, mas sobre este assunto nada mais tinha a acrescentar. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* começou por dizer que se o assunto é meramente privado, estranha que tenha sentido a necessidade de abordá-lo neste órgão deliberativo enquanto Presidente da Câmara. -----

---- Discorda que seja privado por várias razões nomeadamente pelo facto de o edil publicamente ter feito alusão ao seu grau académico e a alguém que mais tarde estudou e chegou ao momento que adquire este grau académico, que é o mais elevado no sistema português. -----

---- Também não pode ser uma questão natureza estritamente privada o facto de um presidente de câmara ser acusado de um crime de contrafação. -----

---- Pensa que todos e principalmente quem tem cargos públicos tem que estar sujeito ao escrutínio e à crítica, que pode revestir de uma certa sátira, o que está a acontecer nas redes sociais. -----

---- Não podem despir e vestir um “casaco” conforme lhes dá jeito. Esta questão incomoda-a como mãe de três filhos, como professora, como diretora de uma escola, como autarca e cidadã. -----

---- Acha que o presidente tem direito à sua defesa e fá-lo-á. Preocupa-a, não só por a situação se ter tornado anedótica, mas também por sair fragilizado ao ser acusado de crime contrafação por alegado plágio de 40 textos da sua tese e de a Universidade Nova de Lisboa ter anulado o seu grau de doutoramento, quando uma comissão científica criada para o efeito define que a tese não é

original, mas um plágio académico. -----

---- Por último disse que este assunto deve ser aqui tratado uma vez que, a questão da perseguição política de um rival, que denunciou o plágio, há muito foi ultrapassada e esta tentativa de silenciar é muito contraditória ao que o 25 de abril lhes trouxe, por isso fez questão de pontuar sua posição pessoal, também secundada pelo PSD.-----

---- O *presidente de junta da Ponte do Rol*, **Pedro Vasa** disse perceber a intervenção anterior, mas para ele o presidente será sempre o presidente e a sua postura será sempre a mesma. O seu patamar é defender a sua freguesia e nesse sentido tanto diz bem como critica. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que não queria trazer aqui este assunto, mas depois de ouvir as palavras do edil, recordou que uma acusação de crime por parte do Ministério Público, não é nada de privado para quem exerce funções públicas e só esse facto fragiliza a atuação de qualquer titular no exercício das suas funções, independentemente do resultado final. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* também disse que não pretendia tocar neste assunto, porque entende que há certas questões que não devem ser chamadas ao plenário. No entanto ouvindo o edil dizer era um assunto do foro privado, alerta que o cidadão Carlos Bernardes não é um cidadão qualquer, foi o cidadão que os torrienses elegeram para um mandato de 4 anos para gerir o concelho e tem responsabilidades acrescidas, que não devem ser esquecidas. -----

---- Compreende que esteja incomodado e que não queira falar do assunto, mas o silêncio das pessoas não se decreta, pelo que, quer goste ou não está sujeito a que se fale e lamenta que tenha puxado a matéria.-----

---- Teve de seguida a palavra o *deputado municipal Rui Matoso*, assinalando que como professor conhece bem a gravidade do problema no ensino superior em Portugal, para o qual desenvolveu medidas anti plágio, designadamente, através da reprovação de alunos, se necessário. -----

---- Não se pretende focar neste assunto de foro privado do presidente Carlos Bernardes, mas interessa assinalar que não lhe parece conciliável o desígnio dos trabalhos desenvolvidos por esta assembleia no sentido de captar instituições de ensino superior para Torres Vedras, quando o exemplo não vem do mais alto cargo municipal. -----

---- Perante alguns dos comentários que ouviu sobre esta questão pediu a palavra a *deputada municipal Leonor Marinheiro* para registar o seu respeito ao edil pelo trabalho digno, honesto e que engrandece o concelho, pelo qual o cumprimentou. -----

---- Quanto à matéria judicial, enquanto elemento desta assembleia, não lhe compete julgar.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

REQUALIFICAÇÃO DA RUA LEAL D'ASCENSÃO/CICLOVIAS:-----

---- O *deputado municipal Vale Paulos* começou a sua intervenção dizendo que o grupo municipal do PS considera que as dúvidas legítimas e a apresentação de questões por cidadãos livres na

participação da discussão dos estudos e projetos a realizar no espaço público são atos de cidadania que realçam e aplaudem. -----

---- Relativamente ao assunto em título, deu nota que a requalificação em curso, realiza-se no âmbito do Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável-PAMUS, com uma candidatura aprovada e cofinanciada no âmbito dos fundos comunitários – Centro 2020, respeita o PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) e está de acordo com o Plano de Mobilidade e Transportes – PMT. -----

---- O aludido projeto consiste na reabilitação de todas as infraestruturas danificadas pelas raízes agressivas de 41 Freixos que existiam na Rua António Leal d'Ascensão, bem como da elevação da calçada envolvente. -----

---- Assinalou que as 41 árvores que se encontravam em fase decadente de vida devido à necessidade de serem submetidas a podas constantes devido ao seu excessivo porte, e por provocarem incómodo e reclamações dos habitantes dos edifícios confinantes, foram transplantadas na margem esquerda do Rio Sizandro, entre o acesso à Variante Poente e a Ponte de São Miguel, em local mais apropriado para o seu desenvolvimento, beneficiando da humidade do terreno junto à linha de água. Esta linha arbórea contribuirá para criação do corredor verde arborizado que une o Parque Verde da Várzea e o Parque do Choupal. -----

---- Assinalou ainda que em boa hora o executivo municipal decidiu salvaguardar e prolongar o ciclo de vida destas espécies arbóreas ao transplantá-las noutra local. -----

---- Quanto aos receios e dúvidas de alguns cidadãos sobre a viabilidade técnica da transplantação das árvores, informou que, hoje mesmo, constatou que as árvores estão com novos rebentos, podendo concluir-se que a operação de transplante ocorreu com sucesso e que os freixos estão bem e recomendam-se. -----

---- Disse ainda que a substituição das 41 por 58 novas árvores-de-Júpiter, espécie de características de vivência urbana, detentora de raiz não agressiva, de menor porte, bastante ornamental com folhas verdes e flor durante todo o Verão, irá contribuir para contabilizar mais de 3.268 espécies arbóreas na cidade. -----

---- Saliu também que esta intervenção permitirá a criação da extensão da Ciclovia Urbana da cidade, no entendimento que as cidades modernas, nomeadamente na Europa, preparam o futuro com mais ciclovias e veículos elétricos. -----

---- Fez notar que à escala do município, este deve ser o caminho a percorrer, o caminho da sustentabilidade e da descarbonização, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sendo fundamental continuar a implementação de políticas urbanas amigas do ambiente. -----

---- Em relação à informação pública sobre a execução do aludido projeto, que alguns dizem desconhecer, lembrou que foi exposto durante os dias da Feira de São Pedro em 2018, anunciado

na comunicação social, redes sociais, meios informativos da Câmara Municipal, bem como num placard junto ao Tribunal. -----

---- Fez notar ainda que muitas questões têm sido levantadas sobre a melhor localização desta extensão da ciclovia, defendendo a necessidade de dotar a cidade com uma ciclovia urbana, para o uso diário dos moradores e cidadãos em geral, nas deslocações para o trabalho, serviços ou comércio, pelo qual o seu percurso teria de ser o mais integrado possível junto da malha edificada da cidade, condição indispensável para a candidatura acima citada ser elegível, tendo sido este considerado o melhor traçado numa vertente urbana. -----

---- Esclareceu que a hipótese de se colocar a ciclovia no lado oposto da rua com quatro faixas de trânsito iria transformar esta ciclovia como de lazer e não uma ciclovia urbana, inviabilizando a candidatura e o respetivo investimento. -----

---- Mais informou que o Parque Verde já está inserido numa ciclovia de lazer desde a localidade do Barro até Santa Cruz. -----

---- Tendo presente que haverá sempre a necessidade de renovar o património arbóreo municipal por variadíssimas razões, mas sabendo que o executivo estuda a plantação de mais 185 árvores na cidade, questionou para quando e em que locais se projetam as novas plantações. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que ouviu com atenção a entusiástica intervenção que o antecedeu sobre a transferência dos freixos e construção da ciclovia, elucidativa do sucesso que se espera da mesma, no entanto considera que esta opção assumida pelo município é errada e que não o venham querer convencer que mudar a ciclovia de lado na mesma avenida, a transforma de uma ciclovia urbana numa ciclovia de lazer. -----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* alertou que estão em abril já com um calor intenso e neste momento não existe uma única árvore num percurso de mais de 400 metros, feito sob a torreira do sol, desde a passadeira da Rua Dr. Aurélio Ricardo Belo até à porta das escolas Madeira Torres e Padre Francisco Soares. -----

---- Lembrou que os estudantes e todos os cidadãos em geral, fazem este percurso sem sombra nenhuma, questionando que medidas a autarquia vai tomar para garantir o bem estar de todos que por ali passam, para evitar insolações, desconforto e perigo de cancro provocado pelos raios ultravioleta. -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira*, fez notar que a construção da rede de ciclovias fazia parte do programa eleitoral do PS e é uma opção política. Este projeto é financiado em 85% por fundos comunitários e 15% (€ 80.500,00) pago pela autarquia, mas em qualquer dos casos estão a falar do dinheiro dos contribuintes sendo preciso cuidado na gestão destas verbas. -----

---- Não sabe se a ciclovia vai fazer diferença à cidade, mas tem que questionar sobre a prioridade que devia ser dada aos peões e se a autarquia está a equacionar fazer melhoramentos nos passeios

para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e carrinhos de bebés. -----

---- Lembrou também o alerta que já fez na assembleia sobre a falta de iluminação em algumas passadeiras da cidade durante a noite e que algumas delas não lhe parecem bem localizadas. ----

---- Pensa que os peões são prioritários em relação às bicicletas. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* também disse desconhecer se a ciclovia é necessária e se está no sítio certo, mas sabe que em política cada vez é mais difícil decidir e de ir em contra certos estereótipos politicamente corretos, saudando a a coragem política do Vereador Hugo Lucas de transplantar os freixos, lembrando que este assunto foi explicado de forma inequívoca pelo vereador numa reunião da Comissão Permanente de Líderes e não vai discutir as ciclovias. -----

---- Relativamente à detalhada intervenção do deputado municipal Vale Paulos, o **Presidente da Câmara** que agradeceu, esclareceu que as 187 árvores são para plantar até 2020 a adicionar ao ativo arbóreo municipal que ao dia de hoje perfaz mais de 3200, trabalho importante que pretendem continuar, na gestão dos espaços verdes do concelho. -----

---- No tocante à localização da ciclovia esclareceu que ser urbana significa que as pessoas podem sair de sua casa e entrar no corredor da ciclovia sem ter que atravessar. -----

---- Quanto à intervenção da deputada municipal do PCP defendeu que são de facto opções políticas. No entanto estão a falar verbas recebidas através de uma candidatura a fundos comunitários aprovada com estes objetivos específicos em termos de ciclovias. -----

---- Deu nota ainda que no âmbito do programa de mobilidade e incluída numa das ações do PAMUS, também irão melhorar os circuitos pedonais em termos de conforto. -----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* solicitou que a sua questão sobre a falta de sombra fosse respondida pelo edil. -----

---- O **Presidente da Câmara**, fez notar que a intervenção do deputado municipal Vale Paulos tinha sido muito esclarecedora, mas deu nota que estão a trabalhar na zona em causa e vão continuar a fazer a gestão do ativo arbóreo. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PRAÇA MACHADO SANTOS: -----

---- O *deputado municipal Vale Paulos* saudou o executivo pela apresentação do estudo-prévio para a requalificação da Praça Machado Santos, que ocorreu no passado dia 22, e que teve por base os contributos apresentados pelos cidadãos na sessão participativa em janeiro, o qual sugere uma área central ampla e sem obstáculos para uma utilização mais polivalente. -----

---- Deu nota ainda que a calçada portuguesa e o lajedo em pedra serão as propostas para o pavimento, e serão plantadas árvores autóctones, como a Oliveira e Loureiro entre outras e os bancos de vegetação em espécies arbustivas, aromáticas, como a alfazema, alecrim, tomilho, além da renovação do mobiliário urbano, irão tornar aquele espaço bastante agradável. -----

---- Assinalou que será uma praça multifuncional, podendo vir a acolher eventos diversificados, tais como, espetáculos, cinema ao ar livre ou feiras temáticas, contribuindo para que a cidade tenha mais espaços públicos de qualidade e sustentabilidade ambiental.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

SPRINGBREAK 2019 — CIRCUITO DE SURF – PRO SANTA CRUZ 2019-----

---- O *presidente de junta da Silveira Luís Silva* interveio no sentido de salientar os dois eventos em título que foram realizados em Santa Cruz -----

---- O Springbreak 2019 teve lugar no fim-de-semana da Páscoa e consistiu num pacote de eventos e atividades de responsabilidades públicas e privadas (agentes locais), que pretendeu dinamizar esta localidade, com oferta diversificada quer no período diurno, quer no noturno.-----

---- Para além das atividades organizadas pela autarquia, este programa englobou a divulgação de todas as atividades enquadradas neste conceito e que se realizaram em espaços privados de animação.-----

---- Destacou a realização da 1.ª edição da Feira Rural com a participação de 50 produtores, muito visitada e que teve um impacto muito positivo, testemunhado pelos produtores, em comparação com a edição do ano anterior.-----

---- A animação itinerante e os ateliers destinados aos mais novos foram bem acolhidos por parte da população, tendo em conta Santa Cruz como destino das famílias, tendo se realizado 28 atividades, ao longo dos 4 dias, nas quais participaram mais de 2000 pessoas.-----

---- Deu nota ainda que se realizou o Pro Santa Cruz 2019 de 8 a 13 de abril, na Praia do Mirante, este ano patrocinado pelo Noah Surf House, estando em causa uma prova de 3000 pontos do circuito mundial de qualificação (WQS) da Liga Mundial de Surf (WSL).-----

---- Foi uma semana intensa de provas de surf mundial que deu a conhecer a qualidade das praias e das ondas de Santa Cruz, permitindo que todos os participantes ficassem mais fãs desta praia e que foi alvo de muitas notícias na comunicação social e de 72 horas de transmissão direta na Sport TV.-----

---- Terminou, agradecendo à autarquia pela aposta nesta vertente desportiva, que para além do desporto é uma amostra para além-fronteiras do potencial que têm para oferecer.-----

---- O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do autarca e a todos que colaboraram para que este evento fosse possível, permitindo que existam atividades no litoral fora da época balnear e que resultam de um trabalho de parceria que fazem com as juntas de freguesia -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CONSTRUÇÃO DE PARAGENS DE CHEGADA E CONFLUÊNCIA EM TORRES VEDRAS:-----

---- A *deputada municipal Cristina Henriques* questionou quantas paragens foram construídas por toda a cidade, qual o custo unitário e o critério para a escolha em termos de modelo e estrutura.---

---- O **Presidente da Câmara** informou que foram construídas 12 paragens, inseridas no Programa de Mobilidade Urbana Sustentável, e que de acordo com um estudo que foi desenvolvido, a sua localização corresponde a locais onde há mais população a utilizar as paragens de autocarros. ----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CARNAVAL DE 2019:-----

---- O *deputado municipal* **António Carneiro** começou por felicitar a câmara municipal por mais um Carnaval, que mais uma vez esteve à altura do crescendo que se tem verificado. -----

---- Recordou que foi há 35 anos, em 13 de março de 1984, que propôs a municipalização do Carnaval, e que em boa hora a autarquia chamou a si a sua organização, que tem hoje com a Promotorres mais dinâmicas de quando era verdadeiramente municipal, tornando-o num evento a nível nacional impar. -----

---- No entanto, entende que de vez em quando devem tentar fazer algo mais, e deixou como sugestão a realização de uma bienal de humor. -----

---- Aproveitou para lembrar, como já tinha dito nesta Assembleia Municipal em fevereiro no ano transato que não concorda que o carnaval mais português de Portugal tenha como hino o “Samba da Matrafona”, que pouco tem de samba e no seu entender o título podia ter sido “Marcha da Matrafona” que o problema teria ficado resolvido. -----

---- O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras e referiu que o Carnaval de Torres Vedras vai fazer no próximo ano 100 anos, sendo um desafio importante a considerar. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

OESTE CIM – PROMOÇÃO TURÍSTICA:-----

---- O *deputado municipal* **António Carneiro** questionou se já há informação sobre este assunto.

---- O **Presidente da Câmara** informou que a OesteCIM está a criar uma entidade para a promoção do turismo do Oeste, sendo um compromisso dos 12 presidente de câmara avançar com o processo.

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ARTIGO “OESTE, TURISMO, IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO REGIONAL”:-----

---- O *deputado municipal* **António Carneiro** reportou-se ao artigo em título, veiculado no Badaladas de 26 de abril, de autoria de Andrade Santos, seu amigo, e seu colaborador direto na Câmara Municipal, que felicitou pelo extraordinário artigo, notável no que à defesa do Oeste diz respeito. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:-----

---- O presidente de junta da Ponte do Rol, **Pedro Vasa** disse esperar que com as novas competências e conseqüente reorganização, melhore o sistema organizativo da câmara, visto que, com exceção do sector de educação e respetiva vereação, tudo o resto funciona com uma

morosidade tremenda.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROCESSO DE OBRAS DA EUGSTER E FRISMAG – PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO PELA NÃO CEDÊNCIA DE ÁREAS PARA ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS E PARA EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA:-----

---- O presidente de junta da Ponte do Rol, **Pedro Vasa**, reportou-se ao processo de obras em título, que faz parte da agenda do executivo do dia seguinte, para a eventual aprovação da forma e destino a dar ao valor de € 85.833,27 que a empresa em epígrafe tem a pagar, para dizer que seria normal que esta verba fosse aplicada nesta freguesia, à semelhança do que tem acontecido com outras empresas noutras freguesias.-----

---- Lembrou que igualmente a empresa Carroçarias Maia teve que compensar com € 48.000,00 o município, levando-o estes dois casos a pensar o quanto é difícil entender que não há dinheiro para a construção da nova sede da Ponte do Rol e também de passeios pedonais, atendendo que esta fixação de empresas traz pessoas e bens e conseqüente movimento rodoviário. Provavelmente haverá mais casos e atualmente estão em construção mais quatro armazéns.-----

---- Lembrou ainda que os valores que referiu não estão previstos nas transferências para a freguesia, e nunca é de mais referir o meio milhão de euros de IMI que a autarquia recebe dos ponterrolenses.-----

---- Lembrou igualmente que o valor que é transferido para a junta, para reparação, manutenção de arruamentos, espaços verdes é apenas de € 60.000,00/ano.-----

---- Assim, gostava que a freguesia de Ponte do Rol fosse ouvida nomeadamente quanto ao que expôs, desconhecendo se as outras freguesias o fazem, já que a comunhão entre as mesmas é inexistente, não percebendo a razão de quererem pertencer a tantas associações se não possuem qualquer tipo de espírito associativo ou bem comum.-----

---- O **Presidente da Câmara** informou que o processo em causa, visa agilizar os procedimentos, daí terem solicitado à empresa a apresentação de uma caução para que tenham a licença de utilização, assegurando que o valor de € 85.833,27 é para investir neste território.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL 2019 – MAXIAL:-----

---- O presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, **Celso Carvalho** relativamente às comemorações em título que este ano tiveram lugar na freguesia que preside, deixou um agradecimento especial ao presidente da assembleia e ao presidente da câmara pela escolha, assim como a todos os deputados municipais que estiveram presentes, que prestigiaram e honraram as comemorações.-----

---- O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do autarca, tendo sido o seu empenho e da

sua equipa que tornou possível que as comemorações se realizassem com muita dignidade e com o maior espírito de Abril, assegurando que foi com enorme prazer que esteve no Maxial. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO E CONSTRUÇÃO DA OBRA DO MERCADO – LOTES 1 E 2:-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* reportou-se ao documento que foi lido na correspondência sobre a obra em título, a qual parece que está a ter progressos e seria oportunidade para que os taipais que ladeiam o espaço pudessem ser recuados e permitissem que os peões pudessem transitar de uma forma mais condigna, aproveitando a obra que está a ser feita do lado oposto com passeio a ser requalificado. -----

---- O **Presidente da Câmara** disse que estão a trabalhar no assunto, mas de momento não há condições para reduzir os tapumes, uma vez que a curto prazo a empresa irá entrar em obra, no entanto já melhoram o passeio do lado esquerdo.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ACRAL – BARRO:-----

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* alertou que a passadeira construída neste local carece de iluminação. -----

---- O **Presidente da Câmara** informou que já solicitaram à EDP um poste de iluminação para o local.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CENTRO HISTÓRICO:-----

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* reportou-se à a zona histórica tantas vezes referida neste plenário como estando a ficar deserta, para salientar que existe um comércio local que teve a coragem de se transferir de um local de grande acesso em termos de viaturas, para a zona pedonal.

---- É um motivo para dizer que a zona histórica tem futuro, desde que seja enquadrada e apoiada.

---- O **Presidente da Câmara** recordou que a abertura e encerramento de estabelecimentos fazem parte da dinâmica própria do centro histórico. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

SEMINÁRIO 2021 – UM NOVO PARADIGMA PARA O PODER LOCAL - ANAM:-----

---- Reportando-se ao seminário em título que teve lugar no dia 22 de março, organizado pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, no qual participaram três deputados deste órgão, o *deputado municipal Rui Matoso* questionou o presidente da assembleia e todo o plenário o que pensam fazer acerca da transformação concreta do poder local no futuro próximo. -----

---- Lembrou que a posição da ANAM não é isolada e não é inédita pois surgiu na sequência de estudo sobre a qualidade da governação local que vem reconfirmar um cenário de excessiva

acumulação de poder nos executivos municipais e em especial nos presidentes de câmara, configurando desse modo uma democracia local débil e longe dos ideais de abril.-----

---- Considera que é um assunto que diz respeito a todos, nomeadamente 45 anos passados do 25 de abril de 1974. -----

---- O *presidente da mesa, José Augusto de Carvalho*, disse que de facto existem estudos, alguns com mais de uma década, mas um novo paradigma de poder local exige uma alteração institucional que nos termos da constituição da república portuguesa reclama a conjugação de 2/3 dos votos da Assembleia da República e isso não tem sido fácil. -----

---- Disse ainda que nada obsta que proximamente discutam o assunto.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PARQUES E ESPAÇOS VERDES – MOBILIÁRIO URBANO:-----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira*, abordou novamente a questão dos bancos de madeira do Parque Verde da Várzea e de todos os outros que estão espalhados pela cidade, que precisam de ser tratados.-----

---- Questionou também sobre a possibilidade de colocar bancos de madeira nos espaços verdes na Avenida Carlos Lopes, a seguir à rotunda dos cavalos, do lado da estrada onde não existem. --

---- O **Presidente da Câmara** lembrou que o Parque Verde da Várzea fez 15 anos no passado dia 25 de abril, e a manutenção tem sido feita assim como alguns melhoramentos. -----

---- Agradeceu o contributo no que se refere aos bancos de madeira na entrada sul da cidade, do qual tomou a devida nota. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

BTL - BOLSA DE TURISMO DE LISBOA:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* fez notar que o município de Torres Vedras esteve presente nesta bolsa de turismo no stand da OesteCIM, em vez de optar por um stand autónomo e digno como fizeram os municípios de Alenquer e Mafra, inquirindo a razão desta opção. -----

---- O *deputado municipal António Carneiro* corroborou a estratégia do município de estar no pavilhão da OesteCIM, porque a BTL não tem qualquer interesse e com o equivalente dos custos, a Câmara Municipal pode fazer muitas atividades no concelho, no país e até no estrangeiro. -----

---- O **Presidente da Câmara** informou que no âmbito da OesteCIM, e para esta atividade em concreto, entenderam de modo consensual, ter um espaço do Oeste na BTL, não fazendo sentido ter ao lado um espaço da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

---- Pensa que foi uma boa opção no sentido de cada vez mais cimentar a marca Oeste.-----

---- Deu nota ainda que a marca Torres Vedras vai estar na Feira Internacional de Turismo da Guarda, porque entendem que é importante atrair públicos de outros territórios. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

AGÊNCIA INVESTIR TORRES VEDRAS: -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo*, solicitou que o presidente da câmara fizesse o balanço do primeiro mês de atividade da agência em causa. -----

---- O *Presidente da Câmara* informou que quando a agência tiver um mês de atividade fará chegar o balanço. -----

---- A Assembleia Municipal de tomou conhecimento. -----

MEDALHA VERSUS /MENÇÃO HONROSA DE MÉRITO TURÍSTICO – CARNAVAL DE TORRES VEDRAS: -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* pediu esclarecimentos sobre este assunto. -----

---- O *Presidente da Câmara* esclareceu que no dia 2 de fevereiro do ano findo a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, enviou para o Diária da República a decisão de atribuir esta menção honrosa de mérito turístico 1.º grau. No dia seguinte houve uma delegação que foi a Lisboa que a recebeu. Contudo o Diário da República só fez a publicação no passado dia 14 de março. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- **Teve início o Período da Ordem do Dia.** -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

---- O Presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 1, de 23 e 24 de janeiro e n.º 2 de 26 e 27 fevereiro de 2019. Após introdução de algumas correções na ata n.º 1, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o texto definitivo das duas atas apresentadas. -----

1- PROPOSTA N.º 9/AM/2019 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

---- O *Presidente da Mesa* começou por informar que, para além dos documentos enunciados na agenda, nos termos regimentais tinham sido apresentados para discussão, uma recomendação do PSD e uma moção do CDS-PP. -----

VOTO DE PESAR - VÍTOR CAMPOS: -----

---- Apresentou o voto António Carneiro. -----

---- “Faleceu no passado dia 8 de março, em Coimbra, o nosso conterrâneo Victor Campos. -----

---- Fez os seus estudos secundários na então Escola Secundária Municipal de Torres Vedras. ---

---- Desde muito novo supre dotado para o futebol foi, nessa altura, enquanto atleta do Sport Clube União Torreense, membro da Seleção Nacional de Juniores a disputar um campeonato europeu na Roménia. -----

---- Veio a integrar a equipa principal do SCUT tendo começado a ser cobijado por algumas das melhores equipas nacionais. -----

---- Abandonando o que poderia ter sido uma grande carreira profissional, optou pela Associação Académica de Coimbra, então exclusivamente, composta por atletas-estudantes, frequentando o Curso de Medicina que ali concluiu.-----

---- Fez parte da melhor equipa de sempre da Briosa, com nomes como Maló, Gervásio (também nosso conterrâneo já falecido), Manuel António, Toni ou Artur Jorge. Equipa que havia de alcançar um brilhante 2.º lugar atrás de um Benfica onde Eusébio era a estrela.-----

---- Finalistas da Taça de Portugal, viriam a deixar no Jamor, e para a História, uma manifestação de protesto consonante com o ambiente político que a Academia de Coimbra vivia.-----

---- Fez a sua estreia na Seleção A de futebol num jogo contra a Itália.-----

---- Ao longo de cerca de meio século foi distinto médico naquela cidade, sempre em contacto com os seus velhos amigos da ESM.-----

---- À sua família a AM manifesta o seu profundo pesar pela sua perda.-----

---- António Carneiro”-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar apresentado, pelo falecimento de Victor Campos, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória.-----

RECOMENDAÇÃO - REDUÇÃO DOS PASSES DOS JOVENS ESTUDANTES:-----

---- Teve a palavra a deputada municipal Marta Geraldês, que apresentou a recomendação que a seguir se transcreve-----

---- “Com a implementação por parte do Governo Central do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) foi criada uma disparidade gritante entre os portugueses residentes dos concelhos membros das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e os restantes municípios portugueses.-----

---- Posteriormente a Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) adaptou o PART para a região com um passe municipal de €30, um passe intermunicipal de €40 e um desconto de 30% para passes com ligação à Área Metropolitana de Lisboa e à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. Ora esta medida é revestida de uma elevada justiça e equilíbrio no que toca aos torrienses que circulem dentro da região, mas continua a não conseguir acabar com a disparidade existente com a Área Metropolitana de Lisboa.-----

---- Com a inexistência de instituições de ensino superior no Concelho de Torres Vedras, os jovens torrienses ingressam, em grande maioria, em instituições de ensino superior que se encontram na Área Metropolitana de Lisboa.-----

---- A Juventude Social Democrata e o Partido Social Democrata consideram que deve existir uma aposta efetiva nos jovens torrienses por parte da Câmara Municipal de Torres Vedras, indo mais longe na participação nos passes de todos os que frequentam o ensino superior na Área Metropolitana de Lisboa.-----

--- No concelho de Torres Vedras existem famílias com insuficiência financeira de modo a suportar a educação superior dos jovens tendo em conta o custo de vida que é praticado, atualmente, em Lisboa.-----

--- Com a existência do passe sub-23, o estudante universitário torriense que estude em Lisboa paga aproximadamente € 86 mensais. No entanto, tendo em conta todos os custos associados à frequência do ensino superior, o valor dos transportes, continua considerável. Este ataque à igualdade de oportunidades e à estratificação da sociedade deve ser combatido de uma forma inteligente, pragmática e financeiramente exequível.-----

--- É inconcebível que um jovem em Mafra pague €40 em transporte para Lisboa e alguns quilómetros ao lado, no concelho de Torres Vedras, um jovem torriense pague o dobro, condicionando assim as oportunidades dos jovens torrienses perante os restantes jovens da Área Metropolitana.-----

--- Assim, importa tecer algumas considerações sobre Torres Vedras e os jovens. Os jovens são o futuro, facto inequívoco. Os jovens quando ingressam no ensino superior, fazem-no fora do nosso concelho, visto que não existe ensino superior com licenciaturas e mestrados integrados no concelho. É ainda do conhecimento de todos que quando os jovens vão estudar para Lisboa perde-se um grande elo de ligação com a cidade que os viu nascer e crescer. Urge a necessidade do município fazer um investimento na atração dos jovens, terem a possibilidade de vir com maior frequência e aumentar os níveis de retorno ao nosso concelho, depois de concluírem os estudos para viver e constituir família.-----

--- Tendo a possibilidade dos jovens não se instalarem em Lisboa, dado o valor bastante reduzido dos passes, os jovens torrienses constroem um elo superior com o nosso concelho, mitigando a atual discriminação de que são alvo no acesso ao ensino superior, devido à exponencial diferença entre os passes dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e o restante distrito.-----

--- Importa salientar que a medida que propomos é sustentável, no colocando em causa a execução do orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras e é um forte investimento para o futuro do nosso concelho.-----

--- Por conseguinte, o Grupo Municipal do PSD vem recomendar que o Município de Torres Vedras reduza para 40 euros os passes estudante sub-23 e reduza para 20 euros os passes estudante sub-23 para os estudantes beneficiários da Ação Social Direta no Ensino Superior, financiando a diferença entre o valor atual e os valores futuros propostos.-----

Torres Vedras e os torrienses devem investir no futuro do nosso concelho e promover a igualdade de oportunidades para os nossos jovens.-----

--- O Grupo Municipal do PSD".-----

--- Pediu a palavra o *deputado municipal* **António Carneiro**, começando por mencionar que fazer

uma proposta destas é muito simpático, no entanto não pode votar uma moção que vem recomendar que o Município de Torres Vedras “reduza” e teria outra posição se recomendasse que se fizessem estudos para a possibilidade de se reduzir. -----

---- Assinalou também que o Grupo Municipal do PS não está em condições de aprovar esta recomendação sem saber o que está a ser feito pelo executivo a nível da OesteCIM. -----

---- Lembrou que esta questão foi suscitada porque duas áreas metropolitanas avançaram com verbas que os outros municípios não têm, criando um problema que no ano anterior não existia.---

---- Assim defendendo a importância de saber se estão a falar de um programa fechado ou se ainda estão a ser feitos esforços no sentido de uma aproximação aos valores da Área Metropolitana de Lisboa questionou o edil, se é um princípio de um caminho para criar melhores condições para que os jovens torrienses possam estudar em Lisboa. -----

---- A *deputada municipal* **Marta Geraldês** questionou no sentido de saber o que pretende o colega com esta intervenção, uma vez que já avançou com o sentido de voto da sua bancada. -----

---- Assinalou que o mais importante é saber se querem investir nos jovens, se querem ou não um futuro para o concelho e se querem ou não fixar os jovens. O PSD quer a redução dos passes, para que fiquem no concelho, fazendo movimentos pendulares. -----

---- Em caso de o PS sugerir alterações o Grupo Municipal do PSD está aberto para fazer melhorias na proposta de recomendação em discussão. -----

---- O *deputado municipal* **António Carneiro** disse recusar acreditar que alguém na sala pense que o Grupo Municipal Socialista não quer o melhor para os jovens torrienses. -----

---- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** lembrou que há um ano atrás ninguém falava nesta questão. Este programa é uma boa medida e espera que não esteja fechado no que diz respeito à conexão entre o Oeste, a AML e a OesteCIM. -----

---- Tal com já alertou neste plenário na sessão ordinária de novembro do ano findo, no seu entender, antes de pensar na redução têm que resolver a questão do calculo da distância sobre a qual é feito o preço, já que estão a subsidiar uma distância fictícia, pelo que devem primeiro estabelecer a distância correta, depois o preço correto e então pensar na redução. -----

---- A *deputada municipal* **Rita Sammer** lembrou que em 29 de novembro foi aprovada uma moção do PS a delegar no presidente da câmara a exigência de os cidadãos de Torres Vedras usufruissem das mesmas condições da Área Metropolitana de Lisboa. -----

---- Assim, sabendo que estão muito longe deste desígnio, que a OesteCIM continua a dizer que as negociações estão abertas, que o PS continua a insistir nesta matéria sem exigir verdadeiramente do governo alguma posição concreta e verificando o PSD que este é o ponto de situação, estão a fazer esta proposta sem valores concretos, uma vez que, apesar de já terem solicitado dados desagregados para saber exatamente de quantos passes estão a falar, ainda aguardam informação

do edil.-----

--- É importante saber de quantos passes estão a falar e esta redução para €40,00 significa tão só colocar os jovens torrienses em pé de igualdade com os que moram aqui ao lado.-----

--- A informação que lhes foi disponibilizada da OesteCIM dá nota que faz um grande esforço, mas quer saber qual é o esforço da Câmara Municipal de Torres Vedras, e que esforço seria preciso fazer para no mínimo corresponder a este desígnio de facultar os passes aos jovens estudantes na mesma proporção.-----

--- Também começando por aludir ao exigido na moção aprovada pelo plenário em novembro findo, *o deputado municipal Rui Pudêncio* disse que é o que se passa hoje exatamente. Os nossos concidadãos têm as mesmas condições que tem qualquer cidadão da AML, com o passe municipal de €30,00, e o passe intermunicipal €40,00. Também sabe que quem da AML venha de autocarro para fora, nem sequer tem apoio de 30% para vir para norte ou mais para sul.-----

--- No seu entender essa delegação foi muito bem votada e o edil defendeu muito bem os concidadãos de Torres Vedras.-----

--- *A deputada municipal Rita Sammer* lamentou que esta matéria esteja a ser tratada com tão pouca seriedade. Quando votaram a moção sabiam exatamente que condições estavam a falar, ou seja, aos movimentos pendulares e que os passes intermunicipais entrassem em Lisboa com o movimento da CIM.-----

--- Não lhe parece bem vir agora dizer que já alcançaram o que foi dito, repetindo a palavra embuste que usou em novembro.-----

--- *O deputado municipal Rui Matoso* declarou que também o Bloco de Esquerda está em desacordo com a injustiça e desigualdade originada pela diferença de preço nos passes inter-regionais entre cidadãos que devem ter os mesmos direitos.-----

--- Neste caso concreto dos estudantes vê como prioritário a existência de transportes gratuitos para todos os alunos residentes no município, até à escolaridade obrigatória, assunto que a Câmara Municipal de Torres Vedras, como autoridade dos transportes públicos no concelho, poderia incluir no decorrer da futura negociação com as operadoras.-----

--- *O deputado municipal Pedro Castelo* disse compreender o teor da intervenção da deputada municipal Rita Sammer pois a OesteCIM não conseguiu defender a questão dos passes para os sub23 e dos sub18, não se sabendo se estará consagrado em 2020 em termos de apoios.

--- Relativamente à intervenção do colega Rui Prudêncio fez notar que deve estar equivocado quando diz que têm os mesmos direitos.-----

--- *O Presidente da Câmara* relegou a sua intervenção para o ponto 11, onde o assunto está agendado.-----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 13 votos a favor e 25 abstenções, aprovar a recomendação em título. -----

---- Anota-se que votaram a favor, CDS-PP (2), PSD (8) TnL, BE e Vítor Mendes (PS). -----

---- Anota-se que estava ausente da sala João Tomás. -----

---- **Declaração de Voto do Presidente da Mesa:** -----

---- “A abstenção radica no facto de não se fazer alusão a estudos de base que deveriam preceder qualquer decisão sobre esta matéria.” -----

---- **Declaração de Voto de António Carneiro.** -----

---- “Que se entenda a abstenção do PS como um voto no sentido de entender a moção do PSD como um “documento de progresso” tendente a uma sempre desejável evolução positiva do processo.” -----

---- A *deputada municipal Marta Geraldes* solicitou, que se fizessem os procedimentos possíveis para que esta Assembleia Municipal possa obter a curto prazo o número de passes dos estudantes e não estudantes, diferenciando entre sub23 e sub18, que atualmente a Barraqueiro vende mensalmente. -----

---- O **Presidente da Mesa** disse ter conhecimento que houve uma reunião entre o Órgão Executivo da OesteCIM com as empresas concessionárias de transportes, em que esses dados terão sido facultados, mas foi tomada a devida nota da questão. -----

MOÇÃO – CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE: -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo*, apresentou a moção que se transcreve de seguida: ----

---- “Sentindo a preocupação crescente que os cidadãos do Concelho de Torres Vedras têm vindo a manifestar na questão vital dos transportes, o Grupo Municipal do CDS apresenta a seguinte Moção tendo em conta os considerandos abaixo descritos. -----

---- Considerando que a temática da mobilidade e transportes merece um cuidado e importância cada vez maior parte do poder autárquico, não apenas na lógica da regulação do serviço prestado, mas também na busca do aperfeiçoamento dos problemas existentes, -----

---- Considerando que a questão do programa de apoio à redução tarifária (PART) dos passes provoca graves desequilíbrios e carece de soluções. -----

---- Considerando que a linha do Oeste, vital para uma região, carece de acompanhamento na execução da obra e no contributo de ideias para urna futura dinamização. -----

---- Considerando que o futuro IC11 tarda em sair do papel, (apesar de agora inscrito no plano de investimentos 2030), -----

---- Considerando que urge e importa a discussão da mobilidade urbana no nosso Concelho -----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida na sua sessão Ordinária de dia 29 de abril de 2019, delibera a constituição de uma Comissão de Transportes e Mobilidade no seio desta Assembleia. -----

---- Torres Vedras, 26 de abril de 2019. -----

---- Os proponentes, -----

---- Pedro Castelo e João Pedro Gomes.” -----

---- Pedeu a palavra o *deputado municipal Nelson Aniceto* para dizer que não descurando o interesse que o tema da moção merece, lembra que no município de Torres Vedras existe um Plano de Mobilidade que está fase de execução e acha que é necessário que seja concedido tempo para que a implementação do mesmo prossiga antes de pensarem na criação de uma comissão dedicada exclusivamente a esta temática. -----

---- Faria sentido se não existisse um documento estratégico para o efeito, pelo que a moção merecerá o voto contra do grupo municipal do PS.-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* disse ter presente a existência de um Plano de Mobilidade, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra, e vai muito mais além tal como enunciado na moção. Não percebe a razão de o grupo municipal do PS nunca querer aprovar nada que não seja ideia do PS, parecendo ter um medo terrível de o fazer. -----

---- Para o CDS-PP, faz sentido criar esta comissão que poderá ser um bom instrumento de trabalho para procurar soluções e para acompanhar os trabalhos de entidades externas. Se o PS se sente incomodado, compreende, mas para ele em causa está o superior interesse de Torres Vedras e têm opinião contrária.-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* assinalou que o grupo municipal do PSD também estranha a intervenção do PS, concordando que a questão de mobilidade vai muito para além do PART e é uma questão premente. -----

---- Lembrou que o colega do Bloco de Esquerda colocou uma questão totalmente pertinente que deve ser devidamente equacionada.-----

---- Também assinalou que tem poucos dados sobre o IC11 e preocupa-os a Linha do Oeste. -----

---- Não vê a razão desta proposta assustar tanto o PS e o PSD votará a favor. -----

---- O *deputado municipal Nelson Aniceto* disse causar-lhe estranheza a intervenção do colega Pedro Castelo, quanto ao PS ter receio de qualquer ideia que não seja da sua autoria, o que não corresponde à verdade. -----

---- Assim, lembrou que já existe uma comissão permanente de saúde e que existe no município um documento estratégico para este assunto. Também existe uma comissão permanente onde estas questões podem ser afloradas, sem cair na tentação de se criar comissão atrás de comissão. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* assentiu que esta Assembleia Municipal tem uma

comissão permanente de saúde, mas nos dias que correm e nos que aí vêm, a mobilidade é tão importante ou mais para o concelho e para o seu desenvolvimento como é neste momento a saúde e a prestação de cuidados de saúde aos seus residentes. -----

--- Assim, parece-lhe muito pertinente e importante que não se faça politiquice com matérias importantíssimas, vitais e estruturantes para o concelho. -----

--- Se não tratarem desta questão, designadamente a interoperacionalidade com a AML, com os fluxos pendulares que têm diariamente para lá, estão condenados a ficar à margem. Lembrou que Mafra desenvolve-se, cresce e tem passes de €40,00 desde a Ericeira até Setúbal. Foi o governo do PS que fez isto e fez bem, mas não podem ficar no limbo e perder várias oportunidades de desenvolvimento, perder o futuro destas gerações que estão a estudar no ensino superior e perder competitividade com os parceiros do concelho aqui ao lado. -----

--- Mobilidade, neste momento é importante e vital para o município de Torres Vedras. -----

--- O *deputado municipal Rui Matoso* afirmou ser obvio a necessidade de ser criada esta comissão manifestando a dúvida se seria permanente ou eventual. -----

--- O *deputado municipal Pedro Castelo* respondeu que as comissões começam por ser eventuais podendo passar a permanentes. -----

--- Dirigiu-se ao colega Nelson Aniceto dizendo que consegue melhor argumento do que aquele que apresentou para a recusa do PS. -----

--- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 19 votos contra, 5 abstenções e 13 votos a favor não aprovar a moção em título. -----

--- Anota-se que se abstiveram os membros da mesa, Leonor Marinheiro e Francisco Rodrigues, votaram a favor o PSD, CDS-PP, TnL e BE e estavam ausentes da sala, Marta Geraldês e João Tomaz. -----

MOÇÃO – CENTRO HOSPITALAR DO OESTE: -----

--- O *Presidente da Mesa* leu o documento, que abaixo se transcreve e informou que esta mesma moção estava agendada nas assembleias municipais de Caldas da Rainha e Peniche. -----

--- “Os Municípios de Caldas da Rainha, Peniche, e Torres Vedras sentem como uma chaga viva as deficiências dos hospitais localizados nos respetivos territórios que, no seu conjunto, constituem o Centro Hospitalar do Oeste. -----

--- Um sentimento de angústia atinge os cidadãos do Oeste sempre que são obrigados, por razões de saúde, a transpor as portas daquelas estruturas para aí, supostamente, serem tratados. -----

--- Manifestamente, as populações do Oeste têm sido votadas à sua sorte em termos de cuidados hospitalares, atenta a míngua de planeamento e investimento público, com tradução em instalações deterioradas, equipamentos obsoletos e grave insuficiência de pessoal. -----

---- Um todo de improvisação e indigência com uma séria quebra na qualidade dos serviços, salvo honrosas exceções mercê da dedicação e resiliência de parte dos recursos humanos que vão, aos poucos, decrescendo.-----

---- Um estado de degradação em nada consentâneo com qualquer padrão europeu, nem muito menos, com os princípios norteadores do Serviço Nacional de Saúde e - o que é mais grave - atentatório dos direitos fundamentais das pessoas.-----

---- Por maior ironia do destino, trata-se de uma realidade que se encontra a ser sofrida pelos oestinos 45 anos após o “25 de Abril”.-----

---- Porque intolerável, importa inverter o sentido desta marcha. -----

---- Os órgãos autárquicos têm analisado e discutido o problema na fidelidade ao compromisso de defender os legítimos direitos dos seus concidadãos. -----

---- A Assembleia Municipal de Caldas da Rainha, através de Comissão Especializada, realizou a aprovou por unanimidade um estudo detalhado que deu a conhecer aos restantes órgãos deliberativos da área de influência do Centro Hospitalar do Oeste (CHO).-----

---- Nessa sequência, a Assembleia Municipal de Torres Vedras correspondeu com uma proposta de encontro que se realizou nas Caldas da Rainha, seguido de outro que teve lugar em Torres Vedras, alargado a representantes da Assembleia Municipal de Peniche. -----

---- Na sessão de 16 de abril da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, foi deliberada a criação de uma Comissão Especializada de Saúde, determinada pelas preocupações quanto ao CHO. ----

---- Urge prosseguir com determinação, sabendo o que a população do Oeste quer e merece. ----

---- Neste sentido e em consonância com os entendimentos firmados com as Assembleias Municipais de Caldas da Rainha e Peniche, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida nesta data, delibera recomendar: -----

---- a)Que o Conselho Intermunicipal da OesteCIM promova a realização de um estudo técnico fundamentado visando um duplo objetivo: a caracterização e posterior requalificação das citadas estruturas hospitalares existentes e a caracterização de um futuro novo hospital a construir, na consideração de que as atuais estruturas têm de servir em moldes qualitativamente diferentes, pelo menos, até à entrada em funcionamento de novo equipamento hospitalar;-----

---- b)Que, por razões de transparência e credibilidade, o referido estudo seja adjudicado mediante prévio concurso público;-----

---- c)Que se apele ao envolvimento nesta dinâmica de todos os órgãos municipais - deliberativos e executivos - da área de influência do CHO;-----

---- d)Que sequencialmente se solicitem reuniões ao atual Conselho de Administração do CHO, à Ministra da Saúde e à Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República, sendo indispensável que, para o horizonte 2020/2030, se inscrevam verbas de apoio comunitário para a

requalificação das estruturas existentes e construção de um novo hospital.-----
---- Torres Vedras, 29 de abril de 2019. -----
---- Pelos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----
---- Pediu a palavra o *deputado municipal* **António Moreira** para indicar que interpôs uma ação em Tribunal contra o Estado Português para a construção de um hospital em Torres Vedras. -----
---- O *deputado municipal* **Rui Prudêncio** disse que o documento em discussão faz sentido pois defende os interesses superiores dos torrienses e a assinatura neste documento prova que este PS não está autista e não está entrincheirado e que quando estão em causa os verdadeiros e superiores interesses dos torrienses o PS está a seu lado. A moção espelha bem realidade da saúde na região oeste e espera que tenha repercussões reais na vida dos torrienses em conjunto com algumas ações que têm vindo a ser tomadas na Assembleia Intermunicipal do Oeste, para colocar estes temas na ordem do dia. -----
---- O PS revê-se neste documento, apoia e assina as vezes que forem necessárias.-----
---- A *deputada municipal* **Rita Sammer** saudou o esforço que foi feito para conseguir chegar a esta moção conjunta, dando nota que o caminho não foi fácil, mas teme que não consiga avançar muito mais. Agiram com boa fé, acreditam que os interlocutores também o tenham feito e têm que confiar que o governo também, pois o tempo urge e passa.-----
---- Estão todos de acordo numa matéria que os une, mas é este o momento de dizer que o PSD tem algumas reservas quanto à eficácia destes pequenos passos, não vão desistir, mas têm algumas reservas, que têm também a ver com o que vai acontecendo lateralmente.-----
---- Lembrou a questão dos médicos de família e a questão da retirada de doentes das listas de médicos e anulação das suas inscrições ativas. -----
---- O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que se trata de uma moção unanime e que o CDS-PP desde sempre que se manifestou a favor de toda e qualquer diligência que pudesse trazer para o Oeste a possibilidade da construção de uma nova unidade hospitalar que possa substituir as três existentes e assim, sem reservas e sem equívocos vão votar esta moção a favor, porque estão em causa os interesses de Torres Vedras e dos torrienses, o que sabem distinguir.-----
---- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** lamentou que o colega Rui Prudêncio tenha tentado aproveitar a oportunidade para fazer politiquice.-----
---- Como já assinalado pela líder da bancada, o PSD está totalmente de boa-fé, mas têm muitas dúvidas quanto aos resultados em concreto. -----
---- Disse que passaram dois anos de mandato autárquico sob o comando do PS, sem muitos resultados e por isso têm reservas. O trabalho está do lado do colega já que o governo também é do PS.-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* salientou que o mais importante é realçar todo o trabalho que foi feito e o caminho que percorreram até ali, tendo na mesma moção todas as forças representadas neste plenário e de ter as congéneres de Caldas da Rainha e Peniche a votar um documento similar. É um momento singular na região, um momento singular na sua atividade de autarcas e é isso que devem enaltecer. -----

---- Pensa que devem estar todos unidos no caminho difícil que aí vem, até outubro e depois de outubro. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a moção em título. -----

---- Face ao adiantado da hora, e uma vez que estavam presentes os técnicos dos SMAS para eventuais esclarecimentos, o presidente da mesa colocou à consideração do plenário a alteração da ordem de trabalhos o que teve a anuência de todos os presentes. -----

4 - PROPOSTA N.º 16/CM/2019 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2018, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO: -----

---- Presente ofício número 2392 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/04/19 a remeter os documentos em título, tendo em conta deliberação do executivo da mesma data. -----

---- O **Presidente da Câmara** assinalou que os documentos espelham o trabalho de consolidação que têm vindo a fazer nos SMAS ano após ano. Terminaram 2018 com resultados positivos em cerca de € 300.000,00. Os rácios de gestão, na autonomia financeira, solvabilidade e liquidez geral estão no caminho certo. -----

---- Dentro da política que têm vindo a implementar a nível do tarifário, registou a redução na gestão de água e saneamento em 6% e que este ano conseguiram reduzir em 0,5% as perdas, área que consideram prioritária e onde estão a desenvolver um trabalho determinante, através da telegestão e da telemetria. -----

---- Foi um ano relevante na medida em que conseguiram desenvolver um conjunto de projetos, quer na água, quer no saneamento tendente a que possam prestar cada vez mais um melhor serviço a todos os torrienses. -----

---- Por último salientou o contributo dos SMAS para a consolidação das contas do município e agradeceu a todos os trabalhadores o trabalho que tem contribuído para a sua robustez financeira, liquidez para pagar a tempo e horas e executar obra. -----

---- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* questionou sobre o facto de a demonstração de resultados líquidos evidenciar a diferenciação de € 969.000,00 em relação a 2017. Não crê que de 2017 para 2018 tenha havido uma grande diferença de metodologia e formas de pagamento que justifique esta diferenciação. -----

---- Salientou que a execução global do PPI é de 57%. -----

---- Lembrou também que não foi disponibilizado o mapa sobre o saneamento, referido aquando da discussão dos documentos previsionais em novembro.-----

---- O *deputado municipal Nelson Aniceto* evidenciou que as contas estão devidamente explicadas, valorizando a nível dos números, os rácios financeiros, a diminuição de dívidas a terceiros, o aumento do número de famílias numerosas, assim como aumento de beneficiários da tarifa social.

---- No panorama geral as contas estão boas, refletem um trabalho de rigor como tem sido apanágio dos SMAS, pelo que merecem a aprovação do grupo municipal do PS.-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* defendeu que se tem verificado uma melhoria da eficiência da atividade dos SMAS e nesse percurso verifica-se que as perdas têm vindo a diminuir.

---- O conceito de perdas tem que ser diferente do conceito de burla, embora economicamente o resultado seja o mesmo, para o qual pensa que tem que haver combate eficaz e feroz para que o preço da água passe a ser equitativo para todos os consumidores de água que os SMAS fornecem.

---- Reportando-se à obra de substituição de condutas de água da Rua Henriques Nogueira, alertou que no planeamento das mesmas deviam ter em atenção a questão dos peões porque quando se retira estacionamento do lado esquerdo descendente superior da rua e se deixa uma pequena faixa para circulação automóvel, o passeio, que é usado por dezenas de crianças vindas do jardim de infância, passou a estar ocupado pelos veículos que não podem estacionar do lado contrário, o que não pode acontecer. -----

---- De seguida e devidamente autorizado teve a palavra o *assessor Sérgio Simões* que quanto à questão do diferencial relativo ao ano anterior esclareceu que radica essencialmente, no facto de a receita proveniente de proveitos ter diminuído cerca de € 450.000,00, as amortizações aumentarem € 123.000,00 e os fornecimentos e serviços externos terem aumentado cerca de € 300.000,00.-----

---- Relativamente ao mapa solicitado, disse que o disponibilizará, assim que receber o pedido através do da mesa da assembleia, já que tem os resultados atualizados à data de dezembro de 2018. -----

---- No que se refere às perdas esclareceu que tem um conceito muito lato, sendo que os SMAS utilizam o conceito de perdas comerciais, ou seja, água não faturada, que incluiu os furtos, que no conjunto das perdas são residuais, na ordem dos 6%. -----

---- No entanto estão a tentar reduzir as perdas comerciais e quanto têm conhecimento de irregularidades atuam. -----

---- No que se refere às obras na Rua Henriques Nogueira, informou que os empreiteiros têm a obrigação legal de apresentar um plano de segurança da obra, que é analisado e aprovado pelos SMAS. Inicialmente, por uma questão de segurança absoluta encararam a hipótese de fechar a rua ao trânsito, mas concluíram que era viável uma faixa mais reduzida, e no decorrer da obra também detetaram carros em cima dos passeios do lado direito, sobre o qual informaram as entidades

competentes, que são a PSP e a Promotores que fizeram a sua fiscalização e essa situação há muito tempo que não se verifica. A alternativa era fechar a rua ao trânsito. -----

---- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* fez notar que o relatório de gestão, página 9, contém dados contraditórios com a informação da página 71 solicitando esclarecimentos. -----

---- O *assessor Sérgio Simões* esclareceu que na página 9 consta o que foi efetivamente cobrado e que teve um aumento e na página 71 consta a faturação que entra na conta de resultados, os quais foram afetados pelas razões que enumerou inicialmente. -----

---- Não se registaram mais intervenções, pelo que se passou de imediato à votação. -----

---- A Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 34 votos a favor e 3 abstenções aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2018, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

---- Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do PCP e TnL e que estavam ausentes da sala João Tomás e Francisco Rodrigues.-----

6 - PROPOSTA N.º 18/CM/2019 - 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2019 – ORÇAMENTO/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

---- Presente ofício número 2392 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/04/19 a remeter os documentos em título, tendo em conta deliberação do executivo da mesma data.-----

---- O *Presidente da Câmara* apresentou a revisão em título, que irá permitir a continuidade do programa para 2019.-----

---- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* tendo em conta obras que não foram realizadas, questionou a razão do saldo de gerência ser tão elevado. -----

---- Reportando-se às perdas de água, a *deputada municipal Cristina Ferreira* questionou qual o valor percentual, o que está previsto para as minimizar e quais os pontos negros da cidade e no município. -----

---- Devidamente autorizado, o *assessor Sérgio Simões*, quanto ao saldo de gerência, informou que se deve ao aumento da receita em termos de despesa de material circulante, a obras definidas por excesso, outras que se constatou que não era possível realizar em 2018 e fizeram deslizar para o ano seguinte, e ainda por haver o saldo acumulado de anos anteriores.-----

---- Quanto às perdas, esclareceu que representaram 23,94 % da água distribuída e para as minimizar, os SMAS estão a proceder à setorização das redes do concelho, já estando algumas setorizadas na cidade e serão criados 162 pontos de monitorização em todo o concelho, com a colocação de sensores à entrada e saída de cada um desses pontos. As medições serão feitas durante a noite, permitindo afastar os grandes consumidores para que a média se consiga estabelecer com

consumidores normais. Com esta metodologia pretendem levar as perdas a níveis na ordem dos 12% ou 13%, ou seja, níveis europeus. -----

---- Esclareceu ainda que as perdas estão abaixo da média a nível nacional (30%-35%), mas não deixa de ser uma preocupação e representa muito dinheiro e muito desperdício de água, pelo que estão a fazer esforços para reduzir. Nesse sentido em 2019 está orçamentado todo o equipamento para a referida monitorização. -----

---- No que se refere aos pontos negros informou que são em primeiro lugar as redes muito envelhecidas, mas não significa que é regra pois, depende de uma série de fatores. -----

---- Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação. -----

---- A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão aos documentos previsionais para 2019 – orçamento/despesa e plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

8 - PROPOSTA N.º 20/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS EM VALA NO CONCELHO:-----

---- Presente ofício número 2392 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/04/19 a remeter os documentos em título, tendo em conta deliberação do executivo da mesma data.-----

---- O **Presidente da Câmara** indicou que se trata de uma autorização de compromissos plurianuais no sentido de avançar com a reabilitação da rede viária, onde os SMAS vão dar um contributo precioso. -----

---- Não se tendo registado intervenções o plenário passou à votação. -----

---- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, conceder autorização para assunção de compromissos plurianuais – serviços municipalizados de água e saneamento – empreitada para reabilitação de pavimentos em vala no concelho, cujo valor global é de €943.000,00 distribuídos da seguinte forma: 2019 - €471.500,00 e 2020 – 471.500,00. -----

----Tendo-se chegado à hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 30 de abril pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 29 DE ABRIL DE 2019:-----

---- Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso, Vitor Manuel Mendes, Cristina Isabel Tereso Francisco Henriques e Rui Manuel Pinto Ibañez Matoso.-----

---- Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira.-----

---- Faltaram os deputados municipais Luís Miguel Antunes Batista e João Francisco Mota Tomaz.

----O Presidente da Mesa deu início aos trabalhos com a discussão do ponto 2.-----

2 - PROPOSTA N.º 10/AM/2019 - INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;-----

---- Presente informação referente à atividade do município de 16/02/2019 a 16/04/2019, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores regista € 611.251,79 e o total de disponibilidades € 3.861.482,77. -----

---- Iniciou a discussão deste ponto, o *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** começando por se referir às comemorações do 25 de abril, que tiveram este ano lugar no Maxial e pelo qual deu os parabéns ao autarca Celso de Carvalho, destacando o jantar em que participou na Ereira e a sessão solene do 25 de Abril.-----

---- Quanto à sessão solene disse que não se sentiu confortável, pois o edil, aqui não tendo medo da CNE falou completamente à vontade, elencando um conjunto de projetos que espera mesmo que estejam feitos nos próximos 10/20 anos.-----

---- Continuou dizendo que se sentiu indignado pelo que considerou de momento propagandista, sentiu-se num comício e não voltará a participar numa sessão destas, já que nestes 20 anos de vida autárquica nunca viu passar vídeos numa sessão solene. Deixa ao plenário este seu protesto pelo momento propagandista que ofuscou as outras comemorações, que deu de imediato a conhecer ao presidente da assembleia e com o qual espera que ele não pactue enquanto presidente este órgão.

---- O **Presidente da Assembleia** deu nota que enviou aos seis líderes dos grupos municipais um mail abordando a questão do vídeo, que também deu conhecimento do presidente da câmara, que respondeu e com o qual pensava que o assunto estava esclarecido. -----

---- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* fez notar que partilham informação, mas são todos iguais e se protestou diretamente ao presidente da assembleia lamenta não que não lhe tenha sido diretamente dada resposta. Lembrou que o órgão deliberativo é composto por 40 pessoas -----

---- De novo no uso da palavra o **Presidente da Assembleia** deu a conhecer o mail acima referido, que a seguir se transcreve:-----

---- “É inegável que tenho procurado ser isento na preparação e condução dos trabalhos das sessões da Assembleia Municipal. -----

---- Vem este e-mail a propósito de críticas formuladas no sentido de que “combinei” a sessão de ontem com o presidente da CM, de que a mesma assumiu uma versão propagandística, vídeo incluído, e que devíamos (todos) ter consciência de que não estávamos num comício, etc. -----

---- A título de esclarecimento, quero declarar que não combinei o formato desta sessão com ninguém, incluindo o presidente da CM nem tinha que o fazer, dado que está fixado de há muito, e tem sido observado consensualmente.-----

---- Por outro lado, é surrealista admitir que eu pudesse interferir no teor das intervenções – nem do BE nem do presidente da câmara. Como não admitia que interferissem no que entendi dizer. Lembro que ontem vivemos o “dia da liberdade”.-----

---- Reconheço, entretanto, que talvez haja que, de futuro, controlar os tempos de intervenção, o que, a acontecer, não é normal em sessões com um cunho de solenidade.-----

---- Quanto à projeção do vídeo devo afirmar que me surpreendeu, nada me tendo sido dito previamente. Como me competia, manifestei posteriormente desagrado ao presidente da Câmara. Todos estamos sujeitos a errar.”-----

---- De seguida deu nota da resposta do presidente da câmara: “Ao receber o presente e-mail, venho apresentar as minhas desculpas se o vídeo que apresentei como demonstração do trabalho que estamos a desenvolver com as nossas juntas de freguesia no sentido de divulgar os nossos territórios

provocou algum motivo de desconforto. Fi-lo na consciência de completar o meu discurso sem qualquer intenção de propaganda conforme mencionado no citado e-mail.”-----

---- Por último disse que pensava que este assunto era do conhecimento de todos os deputados municipais, e penitenciou-se quanto ao facto de não ter providenciado essa generalizada informação.-----

---- O *presidente de junta de freguesia da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo, **Celso de Carvalho*** agradeceu os elogiosos comentários que o deputado municipal, conterrâneo maxialense de sangue, fez e que já tinha feito no próprio dia. Manifestou também a sua satisfação pela presença dos colegas na freguesia que preside.-----

---- Não vai fazer a defesa do edil, mas interveio para esclarecer que interpreta o vídeo como promoção. Esclareceu ainda que o mesmo surgiu como resultado de um trabalho feito pelo gabinete de comunicação, após ter sido comunicado a todas juntas em junho de 2018 que iriam ser feitos vídeos promocionais para colocar no site e para o qual se atrasou, tendo o de Maxial sido concluído posteriormente. Não entendeu o vídeo como um ato político e comissionista.-----

---- A este assunto o *deputado municipal **Nuno Henriques*** acrescentou que se haviam meios audiovisuais ou outros, devia ter sido dada a mesma oportunidade a todos os intervenientes na sessão solene.-----

---- Pensa que a um mês e um dia das eleições europeias, não era o momento nem a efeméride apropriada para haver um tipo de apologia ao trabalho que PS faz, em detrimento de outros que não o fizeram. O PSD entendeu não fazer campanha política porque era o dia da liberdade.-----

---- Tendo presente um anúncio sobre o alargamento de horário da Biblioteca Municipal feito a semana passada a *deputada municipal **Marta Geraides*** começou por dizer que quando são eleitos propõem-se a fazer um certo trabalho e defendem certos projetos e devem falar neles quando se concretizam pela câmara municipal.-----

---- Assim, lembrou que em 27 fevereiro no ano transato solicitou ao edil para equacionar o alargamento do horário da Biblioteca Municipal, equipamento que no seu discurso do 25 de Abril mencionou como o mais visitado, o que os deve orgulhar a todos. Lembrou também a resposta do edil sobre o seu pedido.-----

---- Hoje vem parabenizar e manifestar a sua satisfação pela iniciativa que vem dar razão a um pedido que fez em várias vezes, neste plenário, em função da necessidade dos torrienses.-----

---- Tendo o BE sido referido no assunto da sessão solene do 25 de abril o *deputado municipal **Rui Matoso*** interveio para dizer que para si este dia tem a ver diretamente com a qualidade, aprofundamento e intensidade da democracia local, e pelos vistos não é o único que conhece a realidade. Lembrou que na reunião de ontem já tinha sido referida a necessidade de aprofundar a democracia local e o seu discurso cingiu-se a esse facto.-----

---- Assinalou ainda que já várias vezes foi questionado neste plenário o destino a dar ao IVV (Instituto da Vinha e do Vinho), mas até hoje a assembleia municipal desconhece o tipo de utilização previsto para o mesmo. Neste momento está a ser exibido nestas instalações um espetáculo intitulado “Intrusos”, e questionou quando é que a câmara municipal vai promover um documento aberto para utilização deste equipamento em regime de igualdade e transparência.-----

---- O *deputado municipal Artur Narciso* deu nota que também esteve no Maxial, na sua freguesia, onde existem duas bandas e onde há 30 anos atrás não existia alcatrão nas ruas, nem muitas casas com saneamento e verifica-se uma grande evolução.-----

---- Nesta sequência disse que através do já citado vídeo viu que a realidade que hoje existe na freguesia do Maxial é muito melhor do que há 30 anos atrás e desde logo endereçou os parabéns aos presidentes de junta anteriores e ao atual, Celso de Carvalho, pelo trabalho que tem desenvolvido.-----

---- Não viu qualquer tipo de publicidade, viu sim um vídeo promocional da freguesia de Maxial e Monte Redondo.-----

---- Já assistiu nas comemorações do 25 de Abril a muitos discursos promocionais, solicitando que não andem a “atirar pedras”, mas que tenham clareza de espírito para perceber que estão na Assembleia Municipal a defender todo o concelho.-----

---- Para concluir deu os parabéns à câmara municipal e a todos os envolvidos porque vão ter uma orla costeira com o mesmo número de bandeiras azuis, o que significa mais um ano de qualidade marítima e de praias.-----

---- Relativamente ao vídeo e uma vez quer ele quer o edil já se manifestaram, o **Presidente da Mesa** pediu alguma contenção, ao plenário.-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de partilhar o facto das Linhas de Torres Vedras, monumento único no mundo inteiro com mais de 200 anos, terem sido declaradas Monumento Nacional, um facto histórico e uma alegria. Trata-se de um monumento singular que não existe em mais nenhuma parte do mundo tal como a catedral Notre-Dame de Paris, que recentemente foi alvo de um incêndio, que tornou o mundo mais pobre.-----

---- Nesta sequência manifestou o seu espanto, por ter lido no jornal Badaladas de 26 de abril “Torres Vedras propõe fundo para apoiar na reconstrução da Catedral de Notre-Dame”. Todos sabem quanto decrépito está o Castelo de Torres Vedras, pouco melhor está o Forte de S. Vicente, sem falar dos restantes e questionou se Torres Vedras também vai propor um fundo para apoiar a reconstrução do Castelo e das Linhas de Torres.-----

---- A *deputada municipal Dina Almeida* endereçou aos parabéns pela organização do Carnaval de Torres Vedras, que este ano contou com cerca de 500 mil pessoas na cidade, pela segurança que foi mais eficaz e mais preventiva, que permitiu menos ocorrências durante os dias de mais folia e

pela presença de 15 Eco-pontos humanos que circularam no recinto do Carnaval. -----
---- Deu os parabéns à empresa municipal Promotores pelo excelente esforço que fizeram durante 5 dias assim como à Real Confraria do Carnaval que é coorganizadora.-----
---- Aproveitou para referir que a menção honrosa já mencionada no dia anterior foi atribuída à Confraria do Carnaval e à Promotorres E.M.-----
---- Terminadas as intervenções o **Presidente da Câmara** disse que ficou feliz por todos terem estado atentos ao seu discurso da sessão solene do dia 25 de Abril que é o dia da liberdade, mas lamentou a forma como hoje o trataram nesta Assembleia Municipal. -----
---- No que se refere ao IVV, esclareceu que estão a terminar o programa base para este equipamento que visa a construção de um centro de inovação de gastronomia e vinhos de forma a dar início aos projetos para a revitalização daquele espaço.-----
---- Esclareceu ainda que a câmara municipal está aberta a propostas para utilizar o espaço para dar vida aquele edificado, até ao início da obra, como é o caso do espetáculo mencionado. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.1 – INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----
2.1.1 - PROPOSTA N.º 11/AM/2019 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIA DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE 9/11/2017); -----

---- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal: -----
---- Ofício número 1150 de 22/02/2019: -----
---- 1 - Processo OP/80/2018 – Requerimento OP/2648/2018 – Rafael da Nazaré Santos Ferreira, parcela de terreno com a área de 25,50m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 652, da freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o art.º 18, Secção n.º II, da Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 127,50, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 128,00. -----
---- Ofício número 1428 de 11/03/2019: -----
---- 1 – Processo OP/276/2018 – Requerimento n.º OP/8583/2018 – José Joaquim Lourenço, Cabeça de Casal da Herança de - parcela de terreno, situada em Sirol, União de Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 170,40m², a retirar do prédio misto descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 3271, da freguesia de Dois Portos e inscrito na matriz sob o art.º 76.º, secção S, da União de freguesias de Dois Portos e Runa, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 852,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, € 860,00. -----

---- 2 – Processo D4/7/2019 – Requerimento n.º D4/809/2019 – Miguel Cotrim dos Santos - parcela de terreno, situada em Bececarias, São Pedro da Cadeira, com a área de 77,32m², a retirar do prédio misto descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 289 da freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz predial sob o n.º 1682, da mesma freguesia, destinados a via pública (Rua Principal de Bececarias), à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 386,60, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 390,00.

---- 3 – Processo OP/263/2018 – Requerimento OP/8202/2018 – Pedro Miguel Ferreira Guerra, parcela de terreno com a área de 99,25m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, 7507, da freguesia de A-dos-Cunhados, e inscrito na matriz sob o art.º 5993, da União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinados para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de 5,00€, o que perfaz um valor total de € 496,25, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 500,00. -----

---- Ofício n.º 1666 de 21/03/2019.-----

---- 1 – Processo de obras OP 310/2018 – Requerimento n.º 9556/2018 – Maria da Graça da Silva dos Santos – parcela de terreno com a área de 174,50m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2452, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e inscrito na matriz sob o art.º 1925, da mesma freguesia, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 872,50, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 880,00.-----

---- 2 - Requerimento da Empresa Supermercado Nilo, Lda. - parcela de terreno, situada na Rua Leonel Trindade, em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 120,00m², a retirar do prédio, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 6199, da União de Freguesias de Torres Vedras (São Pedro, São Tiago, Santa Maria do Castelo, São Miguel) e Matacães, e inscrito na matriz sob o art.º 9501, da mesma freguesia, destinados a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 600,00.-----

---- Ofício n.º 1980 de 4/04/2019 -----

---- 1 – Processo CS/8/2019 – Requerimento n.º CS/1966/2019 – Augusto Joaquim Carreira - parcela de terreno, situada Cabeça Gorda, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 165,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 633, da Freguesia de Campelos (extinta) e inscrito na matriz sob o art.º 22.º, secção “O”, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, destinados a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 825,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 830,00.-----

---- 2 – Processo D4/39/2018 – Requerimento n.º D4/7807/2018 – Eva Maria Inácio Policarpo -

parcela de terreno, situada na Rua dos Valinhos, em Sendieira, Freguesia de Freiria, com a área de 190,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2300 da Freguesia de Freiria, e inscrito na matriz predial sob o n.º 17, da Secção “B” (parte), ambos da mesma freguesia, destinados ao alargamento da via pública (Rua dos Valinhos), à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 950,00. -----

---- 3 – Processo D4/12/2019 – Requerimento n.º D4/1320/2019 – Maria Luísa Fernandes Cartaxo Ferreira - parcela de terreno, situada em Casal Novo da Barreira, A-dos-Cunhados, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 344,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, com o n.º 6208, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) e inscrito na matriz sob o art.º 2499, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinados a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.720,00. -----

---- 4 – Processo CD/4/2019 – Requerimento n.º CD/1615/2019 – José Gregório Ramos - parcelas de terreno, situadas em Casalinhos de Alfaiata, Freguesia de Silveira, com a área de 571,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, com o n.º 2263, da Freguesia de Silveira e inscrito na matriz sob o art.º 105, da Secção “J” da mesma freguesias, destinados a benefício da via pública, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.855,00, área essa, distribuída pelas seguintes parcelas: -----

---- Parcela com a área de 293,00m², da Travessa de São João - € 1.465,00; -----

---- Parcela com a área de 278,00m², da Travessa Belo Horizonte - € 1.390,00. -----

---- Nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do código do imposto municipal sobre imóveis o valor patrimonial do prédio deverá arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, assim o valor acima indicado passa a ser de € 2860,00 (€ 1.470,00 e € 1.390,00, respetivamente).-----

---- 5 – Processo CS/7/2019 – Requerimento n.º CS/746/2019 – Francisco Franco – Cabeça de Casal na Herança de - parcela de terreno, situada na Rua dos Miguéis, na localidade de Soltaria, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 102,00m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 772 da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz predial sob os artigos 4077 e 4078, da mesma freguesia, destinados ao alargamento da via pública (Rua dos Valinhos), à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 510,00.-----

---- Ofício n.º 2397 de 16/04/2019.-----

---- 1 – Processo OP/109/2016 – Requerimento n.º 2145/2019 – Lar o Meu Aconchego, Unipessoal, Lda., parcela de terreno, situada na rua Principal, Barro, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, com a área de 364,00m², a retirar do prédio misto descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 8256, da freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) e

participado na respetiva matriz predial sob o artigo 9533, da freguesia de São Pedro e Santiago, destinados ao alargamento do caminho municipal n.º 1073 e denominado Rua Principal da localidade do Barro, freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 1.820,00.-----

---- 2 – Processo CD/8/2018 – Requerimento n.º 6361/2018 – Maria Margarida Duarte Gomes de Sousa Parreira e outros, parcela de terreno, situada no Casal das Carreiras, freguesia de Ventosa, com a área de 1.139,00m2, a retirar do prédio misto, da parte rústica, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 1930, da freguesia de Ventosa (pendente de atualização), estando a parte rústica, inscrita na matriz da referida freguesia, sob o artigo 39 secção M e a parte urbana inscrita na matriz da freguesia de Ventosa, sob o artigo 567, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 5.695,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 5.700,00.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - PROPOSTA N.º 12/AM/2019 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE 30/11/2018);-----

---- Presente ofícios números 1665, de 21/03, 1543 de 14/03 e 1979 de 4/04 da Câmara Municipal de Torres Vedras a dar conhecimento que, na sequência da deliberação genérica da assembleia municipal para atribuição de apoios às freguesias, nas reuniões de 19/03, 6/03 e 2/04, deliberou aprovar os seguintes:-----

---- Freguesia do Turcifal - € 9.000,00 – aquisição de corta caniços e cabine para trator;-----

---- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões – € 7.500,00 - apoio para formação profissional de assistentes operacionais e aquisição de serviços de psicólogo para apoio a alunos e €8.000,00 – projeto de ampliação do cemitério e zona envolvente.-----

---- União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - € 720,00 e União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - € 360,00 - apoios no âmbito do plano desenvolvimento da atividade física na 3.ª Idade, como compensação pela disponibilização gratuita de instalações e respetivos consumos de água e luz.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3 - PROPOSTA N.º 15/CM/2019 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS;-----

---- Presente ofício n.º 2392 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/04/2019, que em conformidade com o deliberado nesta mesma data, remete os documentos em título.-----

---- O **Presidente da Câmara**, tal com fez em relação às contas dos SMAS, manifestou o seu orgulho ao apresentar os resultados do trabalho que foi desenvolvido na câmara municipal em 2018, pelo qual agradeceu aos vereadores e colaboradores, que contribuíram para chegar aqui

apresentando contas certas que é uma das prioridades na agenda do Executivo.-----

--- Agradeceu em especial à vereadora Laura Rodrigues que lidera a área financeira e à sua equipa.-----

--- No que concerne aos resultados salientou que o ano findou com resultados líquidos de seis milhões de euros, conseguiram reduzir o passivo em cerca de 5,2 milhões de euros, a execução da receita foi na ordem dos 90% e execução da despesa realizada na ordem dos 83%, sendo que desta mais de 99% foi paga. A solvabilidade da CMTV atingiu 211%, autonomia financeira 68% e liquidez geral 1.8. -----

--- Manifestou o seu orgulho por estarem a pagar aos fornecedores a 28 dias, que basicamente corresponde ao tempo de conferência da fatura e é este um desígnio que pretendem cumprir.-----

--- Relevou que em 2018, ano pós eleitoral, tiveram pela frente um conjunto de desafios importantes principalmente na área do pessoal, com o processo de integração dos precários, que foi o resultado de um trabalho muito apurado, abrangendo um elevado número de pessoas e com o qual pretenderam dar estabilidade aos funcionários, e também se refletiu no aumento de custos com pessoal. Também contribuiu para este acréscimo a reposição da posição remuneratória da carreira da função pública. -----

--- Outro desafio importante teve a ver com a descentralização, que visa a passagem de um conjunto de competências da administração central para a administração local, processo onde durante o ano de 2018 os serviços trabalharam intensamente para que possam dar mais qualidade de vida aos torrienses.-----

--- Quanto aos projetos e atividades concretizadas em 2018, todas as ações estão plasmadas no relatório de gestão e já as referiu no seu discurso da sessão solene do 25 de Abril.-----

--- Acha importante que se afirme Torres Vedras pelo trabalho da autarquia assim como de todas as atividades e ações que são feitas através de parcerias com as associações, juntas de freguesia e comunidade, fazendo dele um território cada vez melhor para viver e para fazer negócios, sendo motivo de orgulho o facto de em 308 municípios, Torres Vedras estar no top 25, na certeza, porém que vão continuar a trabalhar para melhorar esses rácios.-----

--- Teve de seguida a palavra o *deputado municipal Nelson Aniceto*, e uma vez que o edil já apresentou os números do exercício em apreço, debruçou-se sobre a execução física e financeira que foi na ordem dos 53%, aquém do desejado, mas devidamente justificado com os investimentos do PEDU e as dificuldades conhecidas como o facto de alguns concursos terem ficado desertos, e posteriormente terem que lançar novos com aumento de valor. -----

--- Os rácios, estão sólidos, coerentes e as contas bem apresentadas.-----

--- Nas receitas, verificou-se o aumento do IMI, receita importante para o município, para que se mantenham as finanças saudáveis e capacidade de tesouraria para cumprir todos os compromissos.

Como é do conhecimento de todos até ao final do mandato foi assumido um compromisso, ao nível do parque escolar, e a manutenção desta receita é importante para que se consiga concluir esse plano. -----

--- As contas revelam o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela câmara municipal e o grupo Municipal do PS manifesta a sua aprovação e deseja continuação do bom trabalho.-----

--- O deputado municipal **Luís Carlos Lopes** começou por dizer que o edil faz uma ligeira confusão quando diz que o município de Torres Vedras está entre os melhores 25 para se viver, uma vez que esta classificação não se deve exclusivamente à atividade municipal, mas engloba também a atividade privada e considera abusiva esta afirmação. Os indicadores não são exclusivamente municipais, são do município no seu conjunto, com atividade empresarial, associativa, etc.-----

--- Quanto às contas deu os parabéns aos técnicos da autarquia pelo trabalho desenvolvido, estão bem feitas e outra coisa não seria de esperar. -----

--- No entanto, apesar de darem lucro e estarem certas, estas não são as contas do PSD, que não se revê nas mesmas e não refletem o que seria a atividade municipal desta força partidária. -----

--- No tocante ao IMI, questão que já foi abordada pelo colega Nelson Aniceto, afirmou que esta receita subiu brutalmente graças aos munícipes torrienses. -----

--- Assinalou ser importante de referir o facto de terem apenas 53% de execução no PPI, já que estavam orçadas 18 milhões de despesas de capital, mas executaram apenas 7 milhões, o que considera muito fraco e espera até ao final do mandato melhor execução. -----

--- Espera igualmente que o investimento do parque escolar continue e termine, mas aproveitou para manifestar a sua estranheza com o facto de demorar 12/13 anos, desde a construção da primeira escola da nova geração, a da Carvoeira, na altura por insistência dos Vereadores do PSD.

--- Referiu que as transferências de capital e correntes para as juntas de freguesia estagnaram, tendo verificado menos €559.000,00 em 2018, relativamente ao ano anterior. -----

--- Espera que, mantendo o rumo das contas certas, sigam a política de cumprir os objetivos propostos, e espera também que tudo o anunciado no discurso do 25 de abril seja concretizado. --

--- Disse ainda que há projetos anunciados que estão por fazer desde 2007, tal como a variante de A-dos-Cunhados. Acha importante que as contas estejam certas, mas Torres Vedras poderia ser mais ousado, uma vez que há um conjunto de obras que se vão derrapando no tempo.-----

--- Os rácios são todos muito bonitos, mas querem obras realizadas. -----

--- Por último frisou que nas freguesias era preciso investir mais, lembrando que tiveram a fase dos polidesportivos, depois a dos campos relvados e devia haver mais investimento porque em 2018 foi curto. -----

--- Tendo presente que o edil fez referência ao pagamento a horas aos fornecedores, a *deputada municipal Rita Sammer* questionou qual é o volume das despesas que vão para autorização à

reunião de câmara que não estão cabimentadas. -----

---- De novo no uso da palavra e em resposta ao interveniente anterior o *deputado municipal Nelson Aniceto* concordou que é desejável obra feita, mas as contas estão certas porque há alguma contenção. Sendo os recursos limitados as obras não podem ser ilimitadas. -----

---- Lembrou que os recursos financeiros do município não são apenas utilizados em obra física, mas também há obra humana, nomeadamente num conjunto de atividades, projetos e serviços de cariz social, cultural e desportivo que representam despesa, têm peso no orçamento e não se materializam em edificado que seja visível. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* regulando-se pelo parecer dos revisores oficiais de contas disse não perceber as reservas quanto à inventariação dos imóveis. Tendo a ideia que é feito por técnicos da autarquia, questionou qual a dificuldade para que ainda não esteja inventariado. -----

---- O *Presidente de Junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa* disse que nunca viu contas que não estivessem certas. -----

---- Quanto ao investimento ser menor nas freguesias, fez notar que as mesmas têm mais de 2/3 da população do concelho, pelo que a culpa é só dos presidentes de junta. Têm 33% dos votos, mas neste plenário nenhum autarca fala desta questão, portanto a culpa é deles. -----

---- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao *Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos, assim: -----

---- Respondendo de imediato ao autarca da Ponte do Rol, lembrou que ao longo de 45 anos, têm tido em cada uma das freguesias um parceiro para desenvolver projetos para dar a todo o território qualidade de vida, sendo um desígnio de que Torres Vedras se orgulha ao longo da sua história.--

---- Lembrou que 2018 foi dos anos que mais obras se iniciaram, estando algumas ainda a decorrer. Estão assim a cumprir um plano extremamente ambicioso para requalificação do Parque Escolar até 2021, que também foi aprovado por este órgão deliberativo. -----

---- Deste modo informou que a construção da Escola Básica de São Pedro da Cadeira segue a um bom ritmo, já foi consignada a construção da Escola Básica de Póvoa de Penafirme, o concurso público da construção da Escola Básica de Turcifal está em curso, já receberam o anteprojecto da Escola Básica do Ramalhal e também adquiriram mais um aparcela de terreno para a escola da Silveira. A escola da Freiria só não está em execução por causa dos problemas com o mercado da construção civil. -----

---- Quanto à intervenção do *deputado municipal Sérgio Jacinto* sobre o património histórico cultural, disse que não corresponde minimamente à realidade, convidando-o a visitar o Forte de S. Vicente onde fizeram um conjunto de investimentos. No entanto sabe que nem tudo está bem e têm que continuar a trabalhar nesta área. -----

---- Nesse sentido deu nota que em 2018 constituíram uma equipa de técnicos para trabalhar na

manutenção dos fortes, levando a cabo uma obra de recuperação/valorização muito digna do Castro Zambujal e também concluíram um trabalho, nunca antes feito no concelho, de recuperação de grande parte do edificado das igrejas na cidade. -----

---- Tal como disse o deputado municipal Nelson Aniceto não é só obra física. Há também a parte social e cultural e aproveitou para dar nota que para alcançar as 8 bandeiras azuis que o concelho possui também é necessário fazer muita obra, assim como na requalificação que está a ser feita e preste a ser concluída entre a Praia Formosa e a Praia Azul. -----

---- Dizer que não há obra, e que não se faz obra não fica bem, ou então não conhecem o concelho de Torres Vedras. Têm que ser sérios em relação ao trabalho que é desenvolvido pela autarquia, não estar sempre a fazer comparações com outros concelhos, demonstrar o seu orgulho em ser torrienses, mas parece que há algumas pessoas que não têm orgulho em ser torrienses. -----

---- Esclareceu que todas as despesas que vão a reunião de câmara estão cabimentadas mas disponibilizaria a listagem solicitada pela deputada municipal. -----

---- Por último esclareceu que recentemente foi reestruturada e reforçada a equipa da área de inventariação que irá acelerar esta vertente, que se revela muito importante pois também se reflete nas contas. -----

---- Pediu novamente para intervir o *deputado municipal **Pedro Castelo***, dizendo que gostou da intervenção e subscreve muitas das coisas que o edil disse em relação à obra feita, mas de nada servirá se não for feita uma promoção efetiva do turismo do concelho, o que continua a faltar e já não é a primeira vez que alertam o plenário.-----

---- Lembrou o que foi dito no dia anterior sobre da BTL, e o facto de estarem hoje só a competir entre municípios sendo a questão do turismo fundamental e já tem sido falado ser importante para o concelho estar mais perto de Lisboa e chamar as pessoas de fora, o que continua a faltar. -----

---- O *deputado municipal **Sérgio Jacinto***, esclareceu que na sua intervenção anterior se congratulou com as Linhas de Torres, monumento singular e único no mundo, que utilizou para fazer a ponte com outro monumento singular como a catedral de Notre-Dame que, infelizmente, ardeu. O que não entendeu foi o despropósito de Torres Vedras propor a criação de um fundo a apoiar a reconstrução de um monumento que ao fim de poucos dias já contava com milhões para a mesma.

---- Concorda que tem sido feito um trabalho meritório no Forte de São Vicente, mas não invalida que tenham outros monumentos no concelho que carecem de tanto ou mais investimento. -----

---- O *deputado municipal **Luís Carlos Lopes***, fez notar que todos têm consciência que foi realizada obra física e imaterial e não está a dizer que a Câmara Municipal deva aumentar o seu endividamento. Estão numa fase boa quanto aos juros, mas o ritmo tem que ser acelerado para cumprir o tal desígnio. Há mais obra para ser feita, para bem do concelho, sendo as comparações normais já que o edil também faz uso da comparação quando fala em rankings. -----

---- Todos têm orgulho em ser torrienses.-----

---- Relativamente à BTL o *deputado municipal António Carneiro* disse que falou numa lógica do custo/benefício e porque o papel de uma feira nos tempos que correm, mudou radicalmente. Corrobora que câmara municipal aproveite a sinergia da OesteCIM, até numa lógica da promoção da marca Oeste, uma vez que investir num pequeno stand de 15 m² não tem expressão, mas tem custos e a autarquia pode utilizar essa verba noutros fins.-----

---- De seguida e não se tendo registado mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão:-----

---- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, de liberou aprovar por maioria 26 votos a favor e 12 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2018, do Município de Torres Vedras.-----

---- Anota-se que votaram a favor Pedro Germano, PS e CDS-PP e se abstiveram os deputados municipais do PCP, BE TnL e PSD.-----

5 - PROPOSTA N.º 17/CM/2019 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS PARA 2019;-----

---- Presente ofício n.º 2392 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/04/2019, que em conformidade com o deliberado nesta mesma data, remete os documentos em título.-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** disse tratar-se de uma revisão, devidamente plasmada no documento disponibilizado a todos os deputados municipais, seguindo as orientações do executivo para dar andamento ao plano de atividades para 2019.-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer*, voltando à questão das faturas que vão à câmara sem cabimento, leu parte do documento que foi presente a reunião do executivo de 24 de abril, sobre “faturação sem autorização - assunção de encargos”, para lembrar que é sobre este volume de faturas que pediu o valor total.-----

---- Referindo-se à revisão em apreço, no que se refere ao PREVPAP, e contrariamente ao que foi aqui dito, a integração dos precários não podia resultar em saldo positivo para o município. Há dois relatórios nesse sentido e com era expetável quando fossem reconstituídas as carreiras iriam ter um valor distinto que faz mais sentido.-----

---- Reportando-se ao reforço da rubrica para apoiar instituições sem fins lucrativos no valor de €1.01.000,00, fez notar que os apoios continuam a ter um corte de 20% diferente do que julga ter sido assumido, aquando desta discussão no ano transato, no sentido de que deixaria de ser aplicado este corte.-----

---- A terminar questionou se nesta integração do saldo de gerência, não está previsto reforço de transferências de verbas para a OesteCIM.-----

---- O **Presidente da Câmara**, relativamente à questão das faturas informou que faria chegar a informação solicitada.-----

---- Quanto aos apoios a instituições sem fins lucrativos, esclareceu que este reforço é para apoios referentes a 2018, sem o acréscimo dos 20%, mas para os apoios de 2019 já estarão em condições de repor essa percentagem. Quanto ao reforço para a OesteCIM referiu que nada está previsto.---

---- Relativamente aos precários esclareceu que o município teve uma poupança de € 66.000,00.

---- A **deputada municipal Rita Sammer** salientou que a reposição teria de ser de 25% para que fique igual ao que estava e solicitou relatório sobre o PREVPAP que discrimina esta matéria porque não faz sentido que a integração resulte, depois de reconstituídas as carreiras, numa poupança. --

---- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação.-----

---- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 24 votos a favor e 11 abstenções aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do Município de Torres Vedras para 2019.-----

---- Anota-se que votaram a favor Pedro Germano, PCP e PS e se abstiveram os deputados municipais do CDS-PP, TnL, BE, Pedro Vasa e PSD. Encontravam-se ausentes da sala Nuno Henriques, Natalina Luís e Nuno Pinto.-----

7 - PROPOSTA N.º 19/CM/2019 – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES, ATÉ AO MONTANTE DE € 212.000,00;-----

---- Presente ofício número 2396 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/04, a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada pelo executivo em sua reunião de 02/04/2019 foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento da obra em título, até ao montante de € 212.000.00 e nesta sequência, foram consultadas diversas entidades bancárias, tendo 7 delas apresentado as suas propostas. Em sua reunião de 16/04/2019, deliberou selecionar a proposta apresentada pelo Bankinter, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,50%, dado ser a instituição que apresenta um spread mais baixo, com periodicidade do pagamento das prestações trimestral.-----

---- No uso da palavra o **Presidente da Câmara** informou que se trata de dar andamento a um processo que já veio ao órgão deliberativo, no sentido de melhorar a rede viária municipal. Este empréstimo diz respeito aos arruamentos de vilas e aldeias da freguesia da cidade.-----

---- A **deputada municipal Rita Sammer** questionou se era coincidência estarem a autorizar empréstimo com o mesmo valor que está a ser reforçado, com o saldo de gerência, na rubrica

“construção e grande reparação de arruamentos”. Nada tem a opor, mas não percebe qual a necessidade de a câmara contrair este empréstimo possuindo esta verba. -----

--- A *deputada municipal Cristina Henriques* questionou quais os arruamentos a que se refere este empréstimo.-----

--- O **Presidente da Câmara** esclareceu que estão a reforçar a rubrica para o processo poder avançar e depois do empréstimo aprovado ficarão com folga financeira para continuar a investir nesta área.-----

--- Quanto aos arruamentos disse que não tinha presente e posteriormente seria disponibilizada à deputada. -----

--- Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação a autorização em epígrafe.-----

--- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade conceder autorização para contratação de empréstimo de médio prazo ao Banco Bankinter com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,50% para financiamento da requalificação de arruamentos na Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, até ao montante de € 212.000,00. -----

--- Anota-se que não estava presente na sala Sérgio Jacinto.-----

9 - PROPOSTA N.º 21/CM/2019 – MINUTA CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A PROMOTORRES, E.M. PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO PARQUE REGIONAL DE EXPOSIÇÕES – EXPOTORRES; -----

--- Presente ofício número 2395 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/04, tendo presente a competência do órgão deliberativo prevista no n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação, e de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião ordinária de 16/04/2019, remete a minuta de contrato-programa para a gestão e exploração do Parque Regional de Exposições – Expotorres, a celebrar com a Promotorres, EM.-----

--- O **Presidente da Câmara** informou que o contrato programa em apreço é fruto do trabalho que têm vindo a fazer com a empresa municipal Promotores para que possa ter toda a gestão, exploração e manutenção do “Complexo Expotorres”, englobando também o mercado abastecedor e edifício de apoio ao Terminal Rodoviário. -----

--- Pediu o uso da palavra o *deputado municipal António Carneiro*, registando que o grupo municipal do PS nada tem a opor, atendendo à necessidade de se agilizar procedimentos para facilitar a autarquia e os seus munícipes. -----

--- No que se refere à minuta de contrato programa, manifestou algumas dúvidas quanto à cláusula

4.ª, alínea b) que refere “assegurar a preferência na utilização dos espaços, por entidades por este designadas” que deduz seja a custo zero.-----

---- Aludindo à clausula 5.ª, que afere a produtividade da exploração dos pavilhões multiusos e Expotorres, acha que ter prestação muito eficiente quando os proveitos excedem os custos em mais de 0,5%, é um grau de exigência mínima. O mesmo acontece com o grau de exigência que consta na clausula 6.º, questionando se está de acordo com a lei.-----

---- Questionou também como se chegou ao valor de €40.000,00 para atribuição de subsídio anual à exploração, estabelecido na clausula 7.ª.-----

---- No que se refere à clausula 8.º, que estabelece a política de preços a cobrar pela utilização dos espaços, indagou se resulta da lei a empresa municipal apenas ter que dar conhecimento ao município.-----

---- Debruçou-se sobre o anexo 1, onde consta a demonstração de resultado, assinalando que apenas vê os valores das receitas do aluguer do Quiosque e Cafeteria do Terminal Rodoviário, mas não consta o valor das rendas que as empresas deveriam pagar.-----

---- Defendeu o total acordo quanto à filosofia do edil em entregar à Promotorres a exploração em causa.-----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* também se reportou à clausula 8.º do contrato-programa em apreço, questionando se está previsto que haja utilização dos espaços por entidades sem fins lucrativos, sem custos para as mesmas.-----

---- Questionou ainda que tipo de medidas existem que facilitem a apresentação de proposta para utilizar os equipamentos municipais pelos cidadãos em geral que incentive o pluralismo de oportunidades.-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez notar que tem sido política deste executivo a transferência de competências para a Promotorres sem a dotar dos necessários recursos humanos e materiais. Tem sido exemplo disso as carências que se tem verificado ao nível do edifício do Mercado Municipal, onde muitas vezes faltam produtos de higiene básicos.-----

---- Para além disso o estacionamento da cidade, que foi entregue a esta empresa municipal e que funcionou bem no dia 6 de outubro de 2014, de então para cá tem sido uma verdadeira paródia, pagam os residentes, os incautos e os infelizes.-----

---- Assim o sentido de voto do TnL será contra.-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* começou por se referir à clausula 3.ª do contrato-programa, para se manifestar apreensivo com o facto de ser a câmara municipal a ter a competência da manutenção ou melhorias dos equipamentos e espaço exterior.-----

---- Alertou que a clausula 8.º que determina a política de preços a cobrar pelos espaços, deixa de

fora o Mercado Abastecedor, questionando como pode a Promotorres atrair mais pessoas se não tem a competência de mexer nestes preços. -----

---- Teve de seguida a palavra a *deputada municipal Dina Almeida*, revelando algumas dificuldades de interpretação das cláusulas 1.^a, que enumera os poderes delegados, relativamente às competências do município determinadas na clausula 3.^a, que lhe parece contraditório. Quanto à alínea c) e d) da mesma cláusula pensa que não faz sentido constar no contrato-programa uma vez que a lei assim o determina. -----

---- Assinalou também que os indicadores de eficiência que constam da clausula 5.^a são pouco exigentes e pouco relevantes, inquirindo como vão ser avaliados, quais os indicadores que vão ser analisados e quando. -----

---- Relativamente ao Mercado Abastecedor, questionou como vai ser feita a sua promoção. -----

---- O **Presidente da Câmara** confirmou que o tarifário para o município é custo zero, e seguem a política de não cobrar às instituições locais, mas revelou que no futuro a mesma terá de ser repensada para que o modelo possa ser economicamente sustentável. -----

---- Quanto aos indicadores de eficiência 5.^a da clausula confirmou que decorrem da lei e que as rendas dos operadores constam do anexo I.-----

---- Informou que os pavilhões do Parque Regional de Exposições têm um regulamento de utilização próprio e o município tem regulamentos para os equipamentos municipais.-----

---- No que se refere ao Mercado Abastecedor informou que se rege pela tabela de taxas municipal e não está previsto qualquer o aumento. Este mercado tem a sua dinâmica e a partir da aprovação deste contrato programa é importante que a Promotorres possa gerir todo aquele espaço de uma forma integrada, promovendo as suas múltiplas atividades no sentido de serem mais eficientes e mais eficazes nessa gestão. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* alertou que existe uma dívida de mercados e feiras em cerca de € 28.000,00 pelo que questiona se faz sentido esta empresa tentar dinamizar o Mercado Abastecedor se não tem tabela de taxas própria, ou se a autarquia pretende mais tarde delegar a execução desta tabela. -----

---- A *deputada municipal Dina Almeida* disse não ter ficado devidamente esclarecida quanto às cláusulas 1.^a, 3.^a, 5.^a e 6.^a.-----

---- O **Presidente da Câmara** esclareceu que a tabela de taxas do município já existe e a empresa tem que a aplicar. Esclareceu ainda que os indicadores estão definidos nas cláusulas referidas pela deputada e no que concerne às cláusulas 1.^a n.º 2 e 3.^a, alínea a) informou que a gestão do investimento de maior monta cabe à câmara municipal e a gestão corrente à empresa municipal Promotorres. -----

---- A Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação, deliberou aprovar por 25 votos a favor, 10 abstenções e 3 votos contra. -----

---- Anota-se que se abstiveram PSD, BE e PCP, e votaram contra, CDS-PP e TnL. Votaram a favor Pedro Vasa, Pedro Bernardes e PS. -----

10 - PROPOSTA N.º 13/AM/2019 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2018 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS;-----

---- Presente ofício número 213/2019 a remeter o relatório em título, dando cumprimento ao art.º 18.º, n.º 2, alínea j) da Lei n.º 147/99, na sua atual redação. -----

---- O *Presidente da Mesa, José Augusto de Carvalho*, disse que convidou a estar presente o Presidente da CPCJ, **Ângelo Teodoro**, a quem deu a palavra e que fez uma breve apresentação do relatório que procura traduzir o essencial da sua atividade de 2018, que tinha sido previamente disponibilizado a todos os deputados municipais. -----

---- Desde logo pediu o uso da palavra o *deputado municipal* e comissário da Comissão Alargada da CPJC, **Paulo Valentim**, referenciando que houve dois atos eleitorais, que resultaram na mudança do presidente e secretário, tendo o atual presidente, que é o representante do município de Torres Vedras, sido eleito em junho de 2018.-----

---- Referenciou também o aumento processual em 2018 e que o novo formato do relatório lhes permite perceber o funcionamento, os casos que são tratados e todas os tramites e condicionantes que presidem aos tempos médios para tomar decisões.-----

---- Destacou que a faixa etária que tem mais processos centra-se nos 11/14 e 15/17, as entidades mais sinalizadoras são as forças policiais e os estabelecimentos escolares e ainda que a problemática mais sinalizada é a exposição a comportamentos que comprometem o bem estar e o desenvolvimento das crianças e a violência doméstica. -----

---- Deu nota ainda que existe uma problemática em crescendo relacionada com os comportamentos nos espaços desportivos, nomeadamente dos pais, que constituiu uma grande preocupação e para o qual já estão a levar a cabo algumas ações de sensibilização.-----

---- Do relatório consta um dado novo que já tinha sido solicitado pelos representantes da assembleia nesta comissão, que se refere aos indicadores das problemáticas por freguesia, onde a mais sinalizada é a violência doméstica.-----

---- Está a decorrer um diagnóstico que a comissão alargada considera essencial para poderem ter um plano de ação que consiga ser mais operacional e rentabilizar recursos para que consigam ser mais eficazes. -----

---- Como nota pessoal disse que as CPCJ deviam ter outra organização a nível de estado para terem mais recursos e efetividade na resolução dos processos. Para possibilitar a presença de todos os comissários as reuniões da comissão restrita passaram a ser quinzenais e deviam ter uma

estrutura mais personalizada, o que eventualmente permitiria reduzir os prazos de decisão dos processos instaurados. -----

--- Terminou dizendo que continua sem perceber se estas comissões trabalham bem ou mal porque não há mecanismos de avaliação. -----

--- A *deputada municipal* e comissária da comissão alargada, **Ana Fiéis** pediu a palavra no sentido de este ano se congratular por vários fatores, saudando desde logo, a presença do Presidente da CPCJ a convite do Presidente da Assembleia, que lhe parece pertinente, já que a sua intervenção foi de extrema importância para todos perceberem a importância da CPCJ junto da comunidade. -----

--- Também se congratulou pelo facto de o relatório anual pela primeira vez vir acompanhado de uma síntese explicativa, já abordada pelo presidente desta comissão e que lhes permite uma melhor compreensão dos dados nele contidos. -----

--- Torna-se assim mais fácil de compreender a análise processual, as comparações com os anos anteriores, quais os processos que estão a ser tratados, as entidades sinalizadoras e as problemáticas. -----

--- Tal como assinalado na intervenção anterior, finalmente os cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal viram uma sua pretensão atendida, e o relatório refere as problemáticas sinalizadas por freguesia, o que consideram extremamente importante não só para perceber os problemas do concelho como para a comissão alargada trabalhar em benefício de uma tentativa de solução desses mesmos problemas. -----

--- Saliu também o facto das reuniões da modalidade alargada, desde junho, se passarem a realizar com frequência mensal e à parte disso estarem a trabalhar num plano de diagnóstico centrado nas reais necessidades da CPCJ e do concelho de Torres Vedras. -----

--- A *deputada municipal* **Susana Neves** começou por se congratular pelo relatório apresentado e desejar um bom desafio ao presidente da CPCJ de Torres Vedras. -----

--- Finalmente têm um relatório bem estruturado, discricionário, casuístico, dotado de uma realidade, o que é fundamental quando tratam desta problemática que tem a ver com maus tratos de menores. -----

--- Apreciou como é feito o diagnóstico e os métodos que estão na sua base, assim como a identificação das problemáticas por freguesia, que até então era uma ausência. -----

--- Em anos anteriores alertou para a urgente necessidade de agir sobre a violência doméstica, deixando um elogio pelo facto de neste primeiro trimestre a CPCJ ter reunido com o Gabinete de Apoio à Vitima, para montar um plano de ação e interferir sobre esta problemática. -----

--- Relativamente à faixa etária, o relatório diz-lhes que incide mais dos 0-5, o que os deve preocupar e devem refletir o que está na base dos problemas. Por outro lado, mostra-lhes que a negligência (abandono de cuidado) é multifatorial (estão 9 tipos identificados). Devem refletir e

elaborar um plano de intervenção adequado.-----

--- Questionou o que acontece com o menor, quando não existe consentimento dos pais e o processo é referenciado ao ministério público, assim como, o que acontece durante o período até à saída da medida de proteção.-----

--- No âmbito das crianças com deficiências indagou quais são as problemáticas em afetação, uma vez que a rede institucional no concelho, sendo boa, é insuficiente, e estes tipos de crianças exigem cuidados continuados.-----

--- Por último, e uma vez que a medida mais aplicada é apoio junto dos pais, questionou no que se traduz este apoio.-----

--- O *Presidente de junta de Freguesia da Ponte do Prol*, **Pedro Vaza** corroborou todos os elogios feitos, endereçando os parabéns pelo convite para estar presente o Presidente da CPCJ.-----

--- Assim, disponibilizou os contributos da junta que preside, que tudo fará para ajudar, o que presume ser transversal a todas as juntas.-----

--- Para prestar alguns esclarecimentos, foi dada a palavra ao Presidente da CPCJ, **Ângelo Teodoro**, que começou por endereçar a questão do profissionalismo da CPCJ, informando que a gestão de processos é feita muitas vezes por comissários que não estão a tempo inteiro, já que a restrita é formada por 6 pessoas das quais três estão a tempo inteiro, o que não acontecia há um ano atrás, ganhando recursos com os quais se tornam mais eficazes.-----

--- Quanto à questão da avaliação do trabalho da CPCJ de Torres Vedras colocado pelo Paulo Valentim, deu nota que é feita todos os anos através de um relatório da comissão nacional, mas muito na base de valores e números.-----

--- Relativamente à questão de saber o que acontece quando não existe consentimento dos pais, assinalou que é um direito dos pais que está expresso. Se um dos pais ou a criança, com mais de 12 anos se opor à intervenção da comissão, o processo é remetido para o ministério público, que decide o que fazer. São as equipas da segurança social que fazem o acompanhamento destes casos. A CPCJ intervém sempre com o consentimento dos pais.-----

--- Referiu que o diagnóstico é uma fase importante, durante a qual, fazem recolha de elementos e neste momento, por terem 3 pessoas a tempo inteiro conseguem dar uma resposta muito rápida a situações urgentes. Também antes do diagnóstico estar pronto podem aplicar medidas cautelares e este ano já aplicaram 8.-----

--- No que concerne à problemática das crianças com deficiência, pensa que foram sinalizadas 12 e existem boas respostas sociais no concelho, às quais solicitam ajuda.-----

--- A medida de apoio junto dos pais, remete para a assinatura de um acordo de promoção e proteção, que por sua vez implica um conjunto de obrigações por parte dos pais, da criança, das entidades envolvidas e da CPCJ que deve ser cumprido, até ao encaminhamento para uma resposta

social do concelho. -----

--- Assinalou que o quadro 12 do relatório, tem o conjunto de referências/encaminhamentos que foram feitos no âmbito do acordo e promoção e proteção. Estas medidas são colocadas em prática com a assinatura do acordo que vão monitorizando para ver se está a ter um impacto positivo nas crianças. -----

--- Por último disse que as freguesias são parceiros muito importantes e contam com todas para sinalizar e serem parceiros em ações. -----

--- A concluir o **Presidente da Mesa** em nome da assembleia agradeceu a presença do presidente Ângelo Teodoro e espera que o relacionamento se estreite, já que a problemática tem que merecer a atenção deste órgão. -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

11 - PROPOSTA N.º 22/CM/2019 - OESTECIM – PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA (PART): -----

--- Presente ofício número 2395 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/04, que de conformidade com o deliberado pelo executivo em 16/04/20189, remete informação enviada pela OesteCIM relativa ao Acordo de Princípio firmado no passado dia 29/03/2019 entre a Comunidade Intermunicipal do Oeste e as operadoras de transporte que operam no Oeste (Barraqueiro, Boa Viagem e Rodoviária do Oeste), relativo ao programa de Apoio à Redução Tarifária – PART, o qual já foi implementado no passado dia 01/04/2019. -----

--- O **Presidente da Câmara** fez um enquadramento deste assunto que tem como base a Lei n.º 52/2015 que transferiu para os municípios, para as CIM ou AM a autoridade de transportes, tendo a câmara municipal delegado na OesteCIM essa competência. -----

--- Assinalou que na lei de orçamento de estado para 2019 é consignado para todo o território nacional, o financiamento do programa em título, em vigor a partir do dia 1 de abril e coube o montante de 1,3 milhões à OesteCIM. -----

--- A OesteCIM conseguiu um acordo, cujo princípio foi ter um tarifário igual à Área Metropolitana de Lisboa (AML), ou seja, passes municipais de €30,00 e passes intermunicipais de €40,00, que foi fruto de negociação com todos os operadores. Para além disso, onde a lei é omissa e de acordo com os valores disponíveis, alocaram 1,3 milhões de euros no global mais € 200.000,00 de dividendos da Valorsul, conseguindo também um desconto de 30% para as linhas inter-regionais. Este é o ponto de partida do processo, um princípio de equidade, que está a ser muito negociado. -----

--- Acha que o montante tem que ser superior para que haja equidade a nível nacional, mas processo não está fechado, nomeadamente nos territórios fronteira com a Área Metropolitana de Lisboa, e estão a negociar para aumentar o valor. Também estão a afinar com a CP um modelo compatível com o que fizeram para os transportes coletivos de passageiros terrestres. -----

- Informou que estão a falar de 5000 passes e Torres Vedras representa 50%, ou seja 1250 no concelho de Torres Vedras e 1250 inter-regionais entre Torres Vedras e Lisboa.-----
- Registou a cooperação em termos das várias autoridades de transportes, dos operadores e de todos que trabalharam esta matéria.-----
- Disse ainda que estão a discutir o subfinanciamento dos passes para os sub23 e 4-18 com a tutela, para os quais foi assegurado um desconto até ao final do ano letivo, estando as operadoras a ajustar o equipamento tecnológico, por isso, ainda ter de se tratar na bilheteira.-----
- Por último disse que é o princípio do bom caminho para os transportes públicos e o presidente da câmara defende Torres Vedras como ninguém em relação a esta matéria.-----
- Pediu a palavra a *deputada municipal Rita Sammer*, que começou por dizer que estão a falar de um programa vasto e ambicioso que congrega um conjunto de intenções que não são fáceis de compatibilizar.-----
- Percebem que o desígnio de reduzir as externalidades negativas, nomeadamente referentes ao efeito de estufa, poluição atmosférica, ruído e consumo de energia, é do governo, ao qual os municípios têm que se associar, sendo de todo pertinente.-----
- Não podem, contudo, deixar de criticar a formula utilizada para a distribuição da verba. Acha estranho que o edil, esteja satisfeito com a formula e com o trabalho que foi feito nesta matéria. O país está dividido entre Lisboa, Porto e o resto e Torres Vedras está no resto.-----
- Alertou que o Oeste recebe 1,3 milhões de euros e se fosse utilizado critério no número de utentes, receberia 3,5 milhões de euros.-----
- Este programa tem um forte impacto no orçamento das famílias. Se dizer que Torres Vedras está a perder face a municípios comparáveis, é não ser torriense, a seu ver isto é precisamente ser torriense.-----
- Fazendo uma ligação à moção, pensa que o colega Rui Prudêncio se irá retratar do que disse no dia anterior, pois tal como o edil disse não é um assunto encerrado e estão a negociar para melhorar o valor dos passes regionais, e a mesma tinha a ver com o facto de se antecipar que com a verba que viria para a OesteCIM dificilmente teriam passes para Lisboa a € 40,00, porque Torres Vedras está fora da Área Metropolitana de Lisboa-----
- Lembrou que a moção do PS, que todos votaram de boa fé, exige que os torrienses usufruam das mesmas condições que qualquer outro residente da AML e todos sabem que se estavam a referir, não só à questão do passes municipais e intermunicipais, mas principalmente aos passes inter-regionais, que levantava maior preocupação, porque de Torres Vedras paga-se € 116,00 e Mafra, aqui ao lado, paga-se € 40,00.-----
- Acha que esta satisfação relativamente à fórmula e ao que lhes calhou, exige resposta.
- Assinalou que neste momento, Torres Vedras não está a beneficiar do mandato conferido ao

presidente da câmara. Não está a dizer que é fácil, está a dizer que não está feito. -----

--- Por último questionou sobre o número de passes sub23 mensais para o percurso Torres Vedras/Lisboa e quanto cabe a cada município da OesteCIM para que as reduções possam ser acomodadas.-----

--- O *deputado municipal António Carneiro* disse que enquanto cidadão torriense, não fora a eterna comparação com Mafra, entenderia a discriminação positivas na AML, uma vez que esta medida foi tomada para redução do trânsito e o problema ambiental que gera. -----

--- A *deputada municipal Rita Sammer*, fez notar que quando não se introduzem fatores de discriminação positiva a desertificação não se altera. Se não existirem medidas de discriminação positiva, para as CIM, o que aconteceu, continuam a ter o país, Lisboa, um bocado do Porto e o resto, e lamentavelmente estão no resto. Pode ter um efeito nefasto que estão a desconsiderar, uma vez que são vizinhos de alguém que não faz parte do resto. -----

--- O *deputado municipal Rui Prudêncio* reafirmou o que disse no dia anterior já que a moção do PS é muito clara, uma vez que a já aludida exigência foi cumprida pois qualquer cidadão de Torres Vedras usufruiu à data de hoje das mesmas condições que um cidadão que mora dentro da AML, ou seja tem o passe dentro do seu concelho a € 30,00 e entre concelhos a € 40,00, mas até foram mais longe, o porque a OesteCIM, fazendo uso das suas disponibilidades financeira decidiu participar em 30% os passes inter-regionais, que a AML não tem. -----

--- Concorda que é curto e que deveria ser mais, mas é um processo aberto que tem que continuar aberto, porque em jogo não está só a questão financeira das famílias, mas das gerações futuras e o planeta. Têm que tentar encontrar mais soluções e recursos financeiros que lhes permita atrair pessoas aos transportes públicos e retirar viaturas individuais do acesso às grandes áreas metropolitanas. -----

--- O *deputado municipal Nuno Henriques* fez notar que há um aproveitamento político desta situação, em que o PS do governo se esqueceu de Torres Vedras. -----

--- O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que quando esta questão foi levantada, desde logo foi dito que de Torres Vedras para Lisboa não se iria pagar o mesmo que de Mafra para Lisboa, porque não faziam parte da AML. Foi nesse sentido que o PS apresentou a sua moção. -----

--- Nesta sequência, considerou a intervenção do deputado municipal Rui Prudêncio, fantástica. -

--- De seguida endereçou os seus parabéns ao grupo municipal do PS de Alenquer, pela proposta que fez em 27 de abril e que foi aprovada pelo órgão deliberativo desta localidade e que visa realmente uma melhoria do PART, o que considerou de coragem política. -----

--- Sabe que é uma questão difícil e não está a criticar o edil pois acredita que fez o melhor que podia, mas a OesteCIM não conseguiu assegurar a questão da CP, a questão dos passes sub23 e 14-18 (só assegurados até ao final do ano letivo) e tudo está em aberto para o ano 2020.-----

---- Assim, foi nesse sentido que no dia anterior apresentaram uma proposta para criação de uma comissão de acompanhamento destas questões e outras que o PS votou contra. Acha que não é assim que se defende os interesses de Torres Vedras e aconselhou todos a ler a moção do PS de Alenquer e de aprender com eles.-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que a sua intervenção era um protesto à falta de seriedade. Nesta matéria o edil foi correto e honesto da forma como a colocou, diferentemente da manifestada pelo deputado municipal Rui Prudêncio.-----

---- Lembrou que desde o início os movimentos pendulares eram o que os preocupava e focaram-se na discriminação que iria existir entre os municípios da AML e Torres Vedras na sua fronteira, tanto que a moção nos considerandos se refere exclusivamente a isto. Não há uma palavra sobre os passes municipais e intermunicipais, já que isso era dado.-----

---- Pensa que é uma falta de seriedade, que a assusta porque de futuro não podem votar de boa fé e tem que protestar veemente. Com tudo aquilo que acabou de ser dito necessariamente tinham que votar contra e denunciar a má fé da moção, o que abre um precedente que a assusta.-----

---- O *deputado municipal Artur Narciso*, disse que vivem tempos em que se têm que preocupar com a realidade dos transportes, principalmente por uma questão ambiental. Quando se discute tanto o interior e a inovação do concelho, parece que de uma forma exaustiva estão a discutir a melhor forma de tirar as pessoas de Torres Vedras. Tem que haver um planeamento claro e pensar de forma estratégica e coerente, lembrando que esses concelhos limítrofes de Lisboa estão a tornar-se dormitórios devido ao não desenvolvimento económico e empresarial.-----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* disse que tem acompanhado este assunto, mas ainda não percebeu a razão de a CCDRLVT não ter uma intervenção nesta negociação, uma vez que se tratam de movimentos pendulares na AML.-----

---- Referiu-se ao facto de a OesteCIM ser a autoridade de transporte, temendo o futuro no que se refere às exigências que terão que ser feitas às empresas de transportes nas futuras negociações, quanto ao equipamento com acesso às pessoas com dificuldades de locomoção, para que os cidadãos desempregados tenham transporte gratuito assim como os cidadãos com escolaridade obrigatória e estender as tarifas dos seniores aos reformados.-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio no sentido de reforçar que o município de Torres Vedras está com um problema grave de competitividade com o vizinho de Mafra, sendo penalizador para todos os torrienses em geral e particularmente para os jovens que se deslocam para Lisboa para prosseguir os seus estudos uma vez que não o podem fazer no concelho nem na OesteCIM. -

----Reforçou ainda que é esta desigualdade e falta de competitividade que tem que ser corrigida rapidamente sob pena de a médio prazo virem a ter graves problemas de desertificação do concelho.

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* relativamente à afirmação que quando a moção do PS foi

apresentada, já era um dado adquirido os valores que hoje estão em cima da mesa, afirmou que não é verdade, pois nem sequer a OesteCIM sabia que valores estavam adstritos.-----

---- Lembrou também que há dezenas de anos que Torres Vedras está inserida na CCDCentro para ir buscar fundos e não ouviu ninguém zangado por isso, não sendo o caso de Mafra que sofreu durante anos o que Torres Vedras provavelmente não sofreu. É verdade que hoje relativamente a este assunto estão numa posição inversa, mas como em todas as situações de fronteira há alguma injustiça.-----

---- Quanto à moção do PS de Alenquer, disse que tem as mesmas condições que Torres Vedras e são estas que os regem.-----

---- Tal como disse no início da sua intervenção, não está bem, devem melhorar, e também é verdade que devem encontrar todos os meios e esforços para encontrar soluções que procurem uma maior equidade. Este é o ponto de partida, mas mesmo assim considera que face aos cidadãos da AML, têm as mesmas condições mais os tais 30% de desconto que eles não têm.-----

---- Relativamente à má fé das moções, o que foi votado foi o que foi conseguido, no entanto o assunto e tal como já disse está aberto e vão pugnar para conseguir melhores condições nas deslocações dos torrienses às áreas limítrofes do Oeste.-----

---- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que o que está a ser dito é um branquear, socorrendo-se da ata de novembro para fazer notar que todos sabiam que estavam a falar dos movimentos pendulares para Lisboa. Tentar branquear a situação é mesmo um embuste.-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* desafiou o colega Rui Prudêncio a apresentar nesta Assembleia uma moção, podendo até usar o teor dos camaradas de Alenquer, que votaria a favor e assim o grupo municipal do PS revelaria a preocupação que tem nesta questão, que não foi vista no dia anterior.-----

---- O *deputado municipal António Carneiro* disse que aprovou a moção no sentido de que o caminho faz-se caminhando. Está disponível para fazer outra moção a continuar a exigir, mas não aceita que o acusem de falta de seriedade, nem de ter assinado um embuste. Não ouviram hoje ninguém do PS dizer que está satisfeito com a solução, mas que queriam mais.-----

---- Também recordou que o PS não esteve contra a recomendação do PSD, aprovada no dia anterior, deixando o caminho aberto pois hoje iriam voltar a discutir o assunto.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Tendo-se chegado à hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e em cumprimento do n.º 3, do art.º 34.º do Regimento da Assembleia Municipal, anunciou que continuariam no dia 6 de maio pelas 21.00h.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MAIO PELAS 21.00 HORAS, REUNIUI A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 29 DE ABRIL DE 2019:-----

---- Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, , Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro A. P. Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, , Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Artur Alexandre Santos Narciso, Vitor Manuel Mendes, Cristina Isabel Tereso Francisco Henriques e Rui Manuel Pinto Ibañez Matoso.-----

---- Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henriques Claudino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira.

---- Faltaram os deputados municipais Francisco da Cruz Branco da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, António Joaquim Espírito Santo e João Francisco Mota Tomaz. -----

---- O **Presidente da Mesa** informou que estava novamente presente, Cristina Henriques, nesta reunião em substituição de Pedro Castelo e que iriam retomar os trabalhos com a discussão do ponto 12. -----

---- A **deputada municipal Rita Sammer**, pediu de imediato a palavra para, antes do início dos trabalhos, fazer uma interpelação à mesa e um protesto ao abrigo do regimento. -----

USO DO ART.º 44.º e 46.º DO REGIMENTO ----- :

---- Assim, interpelou a mesa se s o edil tencionava responder à questão no ponto 11 que estava em discussão quando o presidente da câmara saiu da reunião de 30 de abril, sem que tivessem sido encerrados os trabalhos. -----

---- O **Presidente da Mesa** informou que consideraram o ponto encerrado, solicitando que colocasse a questão por escrito para não haver equívocos, pedido que foi corroborado pelo edil, uma vez que para responder à deputada tinha que solicitar dados à OesteCIM. -----

---- Ainda no uso da palavra a *deputada municipal*, questionou a mesa se as reuniões não ficam terminadas apenas quando o Presidente da Assembleia Municipal as encerra. -----

---- Quanto ao protesto, lembrou que o edil questionou o pagamento das senhas de presença nas reuniões cuja agenda não fica esgotada na primeira data, e deu nota que os membros deste órgão preparam as reuniões com centenas de documentos no tempo que tiram ao seu tempo pessoal e à família. O pagamento das senhas de presença é a única verba que recebem. -----

---- Nesta sequência o PSD está disponível para marcação de assembleias extraordinárias, após a primeira convocatória quando não se esgote agenda com o inerente período antes da ordem do dia.

---- Como o edil insinuou que os deputados municipais não merecem mais do que uma senha de presença quando a agenda não se esgota e mostrou-se preocupado com o custo global de cada um destas reuniões, ou seja, com utilização de recursos públicos, lembrou que a fiscalização da utilização dos recursos públicos é uma competência da Assembleia Municipal, solicitando algumas informações que iria colocar por escrito. -----

---- O **Presidente da Mesa** disse que estava sempre disponível para melhorar o funcionamento do órgão que preside, mas não se pode iludir que a democracia tem os seus custos e fez votos para que não percam tempo a discutir euros, até porque o custo da assembleia municipal é irrisório no âmbito dos custos municipais. -----

---- Pediu a palavra o *deputado municipal Sérgio Jacinto* dizendo que não conseguiu entender as palavras finais do edil, na reunião de 30 de abril, em que o edil saiu de forma intempestiva, e se sentiu desrespeitado. Teve um comportamento, inusitado despropositado, desrespeitoso, quer para com o presidente da assembleia, membros e a própria instituição. No seu entender a democracia deve ser plural, devem respeitar todas as ideias, de forma democrática, às vezes o calor da discussão leva-os a tomar atitudes menos ponderadas, no entanto um pedido de desculpas seria relevante. -----

---- Deixou o seu protesto e espera que uma situação destas no futuro não se tornem a repetir. ---

---- Uma vez que o seu nome foi evocado o **Presidente da câmara** interveio no sentido de partilhar a sua visão sobre a eficiência que todos devem ter nos cargos que ocupam, tendo sido essa a base da sua posição. -----

---- Acha que têm que se esforçar para serem mais eficientes e mais eficazes na gestão dos tempos uma vez que, cada reunião custa cerca de €4.000,00, valor que apesar de ser irrisório no âmbito dos custos municipais, o somatório pode ser significativo para o orçamento da câmara e julga que duas sessões teriam sido suficientes para esta ordem de trabalhos. -----

---- O **Presidente da Mesa** começou por dizer que um dos deveres que tem é procurar que a Assembleia Municipal funcione com eficiência e defender a dignidade própria deste órgão. -----

---- Lembrou que já houve em mandatos anteriores sessões que se desdobraram em duas reuniões e o que terá provocado a terceira reunião foi o agendamento do relatório de atividades de 2018 da CPCJ. -----

---- Quanto às disponibilidades orçamentais da câmara, fez notar que o orçamento é do município, para o qual a mesa da assembleia não é dispensada de apresentar a sua proposta e a Câmara Municipal não se deve apropriar daquilo que não é a sua competência.-----

VOTO DE PESAR – CARLOS CORDEIRO:-----

---- O *deputado municipal António Carneiro* ao abrigo do n.º 1 do art.º 42.º do Regimento, apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Carlos Cordeiro. -----

---- Recordou-o como uma figura extremamente interessante, um homem bom, com nobres ideais, um autarca dedicadíssimo ao seu município, que lutou muito pela sua terra, na certeza de que aqueles que com ele privaram não o vão esquecer e que manteve sempre com Torres Vedras excelente relação. -----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, um voto de pesar, pelo falecimento de Carlos Cordeiro, autarca de primeiríssima geração, que foi presidente da Assembleia Municipal de Alenquer em sucessivos mandatos e também deputado na Assembleia da República e manifestar ao Município de Alenquer e à família as sentidas condolências. -----

12 - PROPOSTA N.º 23/CM/2019 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 1/08:-----

12.1 - POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE – DECRETO-LEI N.º 32/2019 DE 4/03:-----

---- Presente ofício número 2398 da Câmara Municipal de 16/04, a informar que na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16/08, que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foram, através do Decreto-lei n.º 32/2019, de 04/03, alargadas as competências para as autarquias locais e para as autoridades intermunicipais com a alteração da Lei 33/98, de 18/07, na sua atual redação, que cria os conselhos municipais de segurança e a câmara municipal, na sua reunião de 16 de abril, tomando conhecimento das alterações à citada lei, deliberou remeter à assembleia municipal a informação, a qual dá conta do contexto do município, bem como dos procedimentos subsequentes a serem efetuados pelos respetivos órgãos municipais. -----

---- O **Presidente da Câmara** referiu que este diploma setorial revisita os conselhos municipais de segurança, criando um conselho restrito sendo que a autarquia terá que ajustar o regulamento existente, do qual dará conhecimento à assembleia municipal.-----

---- Reportando-se à informação dada no início da sessão a *deputada municipal Rita Sammer* solicitou informação discriminada do total das taxas cobradas pelo município até à presente data, referentes a cada um dos diplomas setoriais, no sentido de perceber o que foi feito, que também pedirá por escrito.-----

---- No tocante às competências transferidas, no que se refere ao conselho restrito questionou o que significa em termos práticos.-----

---- Por último aludiu ao facto de na última reunião, terem sido confrontados com a instalação de câmaras de videovigilância por causa do Carnaval, para o qual nada tem contra, mas não percebeu como foi tomada uma medida deste tipo sem dar conhecimento à assembleia municipal e se este conselho poderia ter feito com que o procedimento tivesse sido distinto.-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* começou por dar nota do grande ativo que o município tem quanto à segurança de todos cidadãos e solicitou especial atenção para as recentes notícias sobre Santa Cruz, que lhes dá intranquilidade.-----

---- No que se refere ao Conselho Municipal de Segurança realçou a aposta do legislador na participação ativa dos cidadãos com uma alteração na sua composição, com representantes das áreas cultural e desportiva, período aberto aos cidadãos no decurso dos seus trabalhos, e ainda o facto de passar a constituir o objetivo desse conselho a participação ativa dos cidadãos e das instituições locais na resolução dos problemas de segurança pública.-----

---- Realçou que é uma promoção da cidadania ativa.-----

---- A *deputada municipal Cristina Henriques* tendo em conta o aumento do número de ocorrências na cidade e em Santa Cruz, questionou se esta abertura do conselho municipal de segurança implica efetivamente o reforço das suas competências, em que medida e se implica também reforços de meios para o seu funcionamento.-----

---- Parece-lhes que o policiamento de proximidade é um princípio positivo que deve ser reforçado com o qual o CDS-PP concorda.-----

---- O **Presidente Câmara**, deu nota que com este diploma setorial, o legislador aponta para um modelo mais eficiente e mais eficaz e solicitou que o lhe fizessem chegar as questões concretas relacionadas com Santa Cruz, para averiguar.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

12.2 - PROTEÇÃO CIVIL – DECRETO-LEI N.º 44/2019 DE 01/04:-----

---- Presente ofício número 2399 da Câmara Municipal, de 16/04 a informar que na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16/08, que prevê a transferência de competências para as

autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foram, através do Decreto-lei n.º 44/2019, de 01/04, concretizadas as competências para os órgãos municipais no domínio da Proteção Civil, o qual entrou em vigor a 02/04/2018, a câmara municipal, na sua reunião de 16 de abril, deliberou remeter à assembleia municipal a informação, a qual dá conta do contexto do município, bem como dos procedimentos subseqüentes a serem efetuados pelos respetivos órgãos municipais. -----

--- O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, referiu-se ao art.º 8.º que se refere à constituição de unidades locais de proteção civil no âmbito das freguesias, questionado qual o ponto de situação.

--- Relativamente ao art.º 18.º n.º 4, que determina que os planos municipais de emergência de proteção civil devem ser objetos de exercícios frequentes, inquiriu quando foi feito o último simulacro.

--- Por último o diploma fala no coordenador municipal de proteção civil e no comandante operacional questionando como funciona a articulação entre estas duas entidades, se já estão designadas e quem são. -----

--- O **Presidente da Câmara** informou que com este diploma vão trabalhar com as freguesias no sentido de avançar com as unidades locais de proteção civil e que ainda a semana passada foi realizado um simulacro no edifício multisserviços da Av. 5 de Outubro, o que fazem com regularidade de acordo com o plano de atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil. -----

--- Esclareceu ainda que a designação era comandante operacional municipal e agora passa para coordenador municipal de proteção civil, já tendo sido designado para exercer o cargo Fernando Barão. -----

--- Na sequência deste esclarecimento o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, manifestou algumas dúvidas no que se refere ao n.º 2 do art.º 15-A, relativamente ao comandante operacional previsto no SIOPS. -----

--- O **Presidente da Mesa** esclareceu que este comandante não é municipal, e está num patamar acima em termos de enquadramento, pertencendo à estrutura da autoridade nacional da proteção civil. -----

--- O *deputado municipal Nuno Henriques* questionou se a câmara municipal tem neste momento no seu quadro de pessoal pessoas licenciadas na área de proteção civil e qual o enquadramento.

--- O **Presidente da Câmara** informou que existe um lugar vago no quadro de pessoal, que está a concurso. -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

13 - PROPOSTA N.º 24/CM/2019 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL: -----

--- Presente ofício número 2393, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/04, a remeter projeto de regulamento em título para aprovação. -----

---- O **Presidente da Câmara** disse que se trata de um projeto que visa desenvolver um conjunto de ações tendentes a valorizar dinamizar o comércio tradicional, que emerge no âmbito da OesteCIM sendo comum aos 12 municípios. -----

---- Deu nota ainda que o seu art.º 3.º define os quatro grupos em avaliação que são as lojas com história, comércio tradicional, estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, estabelece as regras relativas ao reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico cultural ou social local, e visa a valorização histórica de cada um deles. -----

---- Pretendem com este regulamento criar uma rede de gestão a nível do Oeste com esta dimensão e tipologia. -----

---- Este regulamento será presente para aprovação nas Assembleias Municipais de cada município, mas sua gestão irá pertencer à OesteCIM, designando cada um dos municípios uma equipa técnica de acompanhamento para implementação do projeto. -----

---- A *deputada Municipal Rita Sammer*, tendo em conta o ponto 2 do objeto do regulamento, que permite a singularidade de cada concelho, estar a delegar esta competência na OesteCIM, não lhe parece que seja o melhor mecanismo. -----

---- Assim questionou sobre a possibilidade de alterar o n.º 1 do, art.º 8.º, com a nomeação de 3 personalidades do seu concelho, ficando assim a questão mais salvaguardada, embora lhe pareça que esta não é a melhor forma de tratar esta matéria. -----

---- O *deputado municipal António Carneiro*, disse que esta também é uma das dúvidas que o regulamento lhe suscitou. -----

---- Entende que é uma competência da câmara municipal, que o edil apresentou como um regulamento intermunicipal e também tem dúvidas dessa vantagem, mas como ponto de partida acha uma excelente ideia. -----

---- Anotou que os critérios de ponderação do reconhecimento, parecem-lhe corretos, mas por muito que estejam especificados, as análises poder ser sempre muito subjetivas. -----

---- Questionou se cada uma destas categorias tem direito a um modelo de identificação junto à porta pois pensa que devem ter uma imagem de marca que deve ser comum a toda a região. -----

---- No que se refere à nomeação de 3 personalidades que constam no art.º 8.º, o número parece-lhe curto sendo a nível intermunicipal, e que cada município devia indicar a sua personalidade. ----

---- Alertou que se os somarem todos os prazos, só ao fim de 6 meses é que há uma resposta

---- Por último disse que o edil devia, no seio da OesteCIM analisar bem este regulamento sob pena de excesso de bairrismo e no fim não resultar tão bem em termos práticos para alguns municípios.

---- O *deputado municipal João Pedro Gomes*, também partilhou a preocupação manifestada pelos dois intervenientes anteriores, no sentido de que é uma competência que não devia ser delegada

na OesteCIM e a câmara municipal podia perfeitamente ter esta competência própria neste âmbito, temendo que possa acontecer o tal excesso de bairrismo, situação a evitar. -----

---- No entanto concordam com a medida que pode ajudar a revitalizar o comércio tradicional. -----

---- Questionou se foi feito algum levantamento prévio do número de estabelecimentos que podem cumprir estes requisitos. Questionou também se as 3 personalidades são para todos os concelhos da OesteCIM. Neste caso ou são de reconhecido mérito ou podem ter algumas situações menos corretas. -----

---- Considera um bom ponto de partida, com exceção da delegação na OesteCIM já referida. -----

---- No seguimento das três intervenções anteriores o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, fez dele uma boa parte do que disseram dando particular realce o facto desta iniciativa para promover o comércio na cidade e no concelho que está tão carente de medidas de proteção e desenvolvimento que ultimamente não tem dado boa conta de si, segundo queixas de alguns comerciantes do centro histórico. -----

---- Embora concorde com o fim último, objetivos e propósitos não pode concordar com o caminho como chegam ao reconhecimento porque estão a delegar numa entidade supramunicipal competências que devem ser do município, que conhece melhor que ninguém a sua realidade mais próxima. -----

---- Acha que o n.º 4 do art.º 8.º está invertido, uma vez que a OesteCIM envia para a câmara municipal o parecer para posterior deliberação sobre a candidatura apresentada e devia ser o exatamente ao contrário. -----

---- Se querem dar um pendor regional em termos de OesteCIM, ao reconhecimento que se faz então que seja o município a fazer o procedimento de avaliação, aprovação e depois enviar para a OesteCIM para homologação dessa distinção. -----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* disse que a preocupação do BE vai no seguimento das intervenções anteriores, já que não percebe a razão de ser a OesteCIM o responsável pelo processo de apreciação das candidaturas quando aprovaram as transferências de competências na área da cultura na assembleia municipal de fevereiro. -----

---- Dessa forma, sugere também a alteração do art.º 8.º no sentido deste procedimento de apreciação de candidaturas poder ser realizado por uma comissão independente composta por estruturas associativas de defesa do património cultural, de associações do comércio local e de personalidades locais, designadamente com a inclusão da Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, que é a entidade jurídica habilitada e deveria ser envolvida mais amiúde nas decisões do município, e não se compreende com pode estar excluída deste processo. -----

---- Considera que este tipo de regulamento só peca por tardio, e talvez poupasse desgraças e

desaparecimento de lojas com a traça histórica, como é o caso da Brasileira.-----

--- A *deputada municipal Rita Sammer*, questionou quando foi a consulta pública e se houve reclamações.-----

--- O *deputado municipal António Carneiro*, disse concordar com o colega Rui Matoso quanto à Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras poder fazer propostas muito objetivas, o que implica que estará envolvida no processo. -----

--- Percebe que seja a OesteCIM, já que tem um projeto de promoção turística do Oeste de Portugal e deduz que seja um projeto que envolve uma estratégia de promoção da região e entende por esta única razão, mas tem algumas reservas de como é que na prática isso vai acontecer. -----

--- O *deputado municipal Nuno Henriques* interveio no sentido de subscrever quase todas as palavras do interveniente anterior, pois também tem muitas reservas que se delegue a esta avaliação na OesteCIM, questionando se é reversível, até porque não colhe o consenso das bancadas. -----

--- Se é possível, mesmo que seja só Torres Vedras, esta decisão ficar no município porque se levantam algumas questões, nomeadamente, quanto às três personalidades referidas no n.º 1 do art.º 8.º se vêm à Assembleia Municipal e por quanto tempo são nomeadas. -----

--- Por último assinalou que nesta matéria também se levanta a necessidade de ser ouvido um Conselho Municipal da Cultura, que tem vindo neste plenário a alertar para a necessidade de existir, num concelho com a dimensão de Torres Vedras. -----

--- Nesta sequência questionou da possibilidade de ser possível refletir, parar e voltar a trás.-----

--- Para reforçar a ideia que tem vindo a ser expressa pelo plenário o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, propôs para que o regulamento não seja votado nos termos em que está de modo a que a logística possa vir a ser corrigida no sentido de a câmara municipal não delegar na OesteCIM o procedimento de avaliação das candidaturas, de ser a própria câmara a tratar desse procedimento, com os seus órgãos a aprovar o reconhecimento e depois enviá-lo para homologação dando continuidade à ideia expressa pelo António Carneiro no sentido de tratar do reconhecimento dos órgão da região. -----

--- Se assim não fosse, não faria sentido o n.º 2 do art.º 13 quando diz que é a própria câmara que pode revogar a decisão de reconhecimento.-----

--- O *Presidente da Mesa* solicitou que a proposta de alteração fosse apresentada à mesa por escrito.-----

--- O *Presidente da Câmara* lembrou que apresentou o regulamento como sendo um projeto intermunicipal e consensual nos 12 municípios do Oeste, que faz parte da estratégia delineada para a região de criar uma rede de âmbito regional com as várias tipologias. -----

--- Fez notar que o art.º 7.º é esclarecedor de todo o procedimento de reconhecimento que é da competência da câmara municipal. Há técnicos da autarquia que vão validar todo o processo com

base nas definições do art.º 3.º, cuja alínea c) engloba as associações de defesa do património cultural. -----

---- Julga que estão reunidas todas as condições para que o Oeste, com base neste regulamento, tenha um projeto forte, para salientar a sua identidade, pedindo para que não o tentem individualizar por município pois entende que devem ter a lucidez de encontrar projetos comuns a todos os municípios, sendo que este regulamento está ajustado à realidade. -----

---- Não tem de memória que em fase de discussão pública tenha havido qualquer pronuncia sobre a matéria. -----

---- Não foi feito um levantamento prévio, mas terá que haver reconhecimento físico, com um distintivo, no sentido ter um mapeamento dos estabelecimentos que tenham obtido o reconhecimento, para que possam valorizar o património da região. -----

---- Informou ainda que a nomeação de três peritos de reconhecido mérito nas áreas de história e cultura local referidos no art.º 8.º, n.º 3 irá valorizar o procedimento. -----

---- Por último referiu que sendo a OesteCIM a entidade com novas competências na promoção do turismo, faz todo o sentido que este regulamento seja de âmbito regional. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* usou novamente da palavra para informar que não iria apresentar proposta de alteração. -----

---- Gostava de ser esclarecido se nos termos do n.º 2 do art.º 7.º o procedimento de reconhecimento oficioso possibilita a recusa do visado e em caso afirmativo em que termos. -----

---- Nesta altura a *deputada municipal Rita Sammer*, solicitou a interrupção de trabalhos durante 5 de minutos. -----

---- Retomada a sessão a *deputada municipal*, atenda a explicação do edil, disse que lhe parece que faz sentido quando analisam a nível macro, contudo analisando alguns dos critérios de ponderação, há alguns termos que são contraditórios com esta vontade de tornar esta decisão supramunicipal, embora percebendo os argumentos e a bondade de alguns deles. -----

---- Referiu-se concretamente às alíneas b), c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 3, temendo que a maneira como o regulamento está redigido afaste de todo a possibilidade de se cumprirem estes critérios, por desconhecimento das tais três individualidades, que não fazem ideia quem serão. -----
Pensam que seria relevante se a apreciação de candidaturas fosse feita por 5 personalidades em vez de três. -----

---- Se esta proposta for mantida, o grupo municipal do PSD irá abster-se. -----

---- O *deputado municipal António Carneiro* saudou a posição do PSD no que se refere ao seu sentido de votação. -----

---- Também considera curto o n.º 1 do art.º 8.º, mas lembrou que podem fazer propostas assim como a Associação de Defesa do Património que sejam bem fundamentadas, para fazer doutrina

na matéria dentro da região. -----

---- O *deputado municipal João Pedro Gomes*, disse partilhar as preocupações dos deputados que o antecederam e o grupo municipal do CDS-PP também vai abster-se.-----

---- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria com 24 votos a favor, 12 abstenções e 1 voto contra aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local.

----Anota-se que votou contra Rui Matoso e que se abstiveram os membros do CDS-PP, TNL e PSD. -----

---- Declaração de voto de Rui Matoso:-----

---- “O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra a aprovação do “Projeto Regulamento - Estabelecimentos interesse histórico” apresentado pela Câmara Municipal, pelas seguintes razões:

---- 1) Na apresentação e discussão havida na sessão da AM de 6 de Maio, o presidente de Câmara, na apresentação deste ponto, evocou um conjunto de pressupostos que não se encontra plasmados no documento entregue à AM (Ponto 13 - Projeto Regulamento), designadamente a intenção de a OesteCIM pretender criar uma Rede de “estabelecimentos com interesse histórico” dos municípios do Oeste, e que esta suposta Rede teria como objetivo contribuir para o turismo na região. Ora, nenhum destes pressupostos consta do Projeto de Regulamento.-----

---- 2) No que concerne ao supra citado documento apresentado pela Câmara, a única referência à OesteCIM, encontra-se no art.º 8.º: “Apreciação de Candidaturas”. No entanto, neste ponto não encontramos qualquer justificação e racionalidade política para que a CMTV delegue na OesteCIM «todo o procedimento de apreciação de candidaturas», quando esta mesma Assembleia Municipal aprovou no dia 27 de fevereiro de 2019, por iniciativa proposta pela CMTV, a transferência de competências para o município no domínio da Cultura (Decreto-lei n.º 22/2019, de 30/01). Qual é afinal a justificação, quando se trata de assuntos internos ao município, para se transferir competências para o município que por sua vez são delegadas na OesteCIM?-----

---- 3) Por outro lado, todos os artigos anteriores ao n.º 8, estão enquadrados juridicamente pela Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, designadamente o art.º 1.º – Norma Habilitante - o qual indica explicitamente que o regulamento é elaborado ao abrigo das atribuições e competências dos Municípios e no Regime Jurídico das Autarquias. E, assim sendo, não se compreende a justificação dada pelo presidente de Câmara quanto ao protagonismo conferido arbitrariamente à OesteCIM. Até porque, de acordo com a lei da descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16/08, no seu Capítulo III - Novas competências dos órgãos das entidades intermunicipais, não se encontra figurada qualquer competência intermunicipal no domínio da cultura.-----

---- 4) Portanto, o que está realmente em causa é a vontade política, do presidente da câmara e da

maioria do Partido Socialista, de subjugar o domínio da cultura e do património histórico e cultural local à lógica impositiva da “turistificação” (promoção turística) sob a alçada da OesteCIM. Deste modo, atropelam-se os valores culturais e patrimoniais locais, retirando às entidades e aos municípios de Torres Vedras, a produção e a gestão das práticas e dos processos ligados ao conhecimento, à herança e às memórias locais. Pois, de acordo com Guilherme d'Oliveira Martins, “Trata-se de passar da perspetiva de «como preservar o Património, segundo que procedimento?», à questão do «porquê e para quem lhe dar valor?». E esta ideia concretizou-se no entendimento segundo o qual o conhecimento e a prática respeitantes ao Património cultural têm a ver, antes do mais, com o direito de os cidadãos participarem na vida cultural, de acordo com os princípios do Estado de direito, conforme um conceito mais exigente de direitos e liberdades fundamentais». ----

---- 5) Votaríamos a favor deste projeto caso a CMTV aceitasse alterar o art.º 8.º, no sentido de o procedimento de apreciação de candidaturas ser realizado por uma comissão independente composta por estruturas associativas de defesa do património cultural, de associações do comércio local e de personalidades locais, designadamente com a inclusão da Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, entidade juridicamente habilitada para o efeito como previsto no art.º 10.º da Lei n.º 107/2001, de 8/09, conhecida como “Lei de Bases do Património Cultural”. Aliás, não se compreende como se pode excluir esta associação deste procedimento, uma vez que é estrutura associativa mais antiga de Torres Vedras de defesa do património e que acumula um capital de conhecimento inestimável acerca do património cultural torriense.” -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelas 22.50 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia. -----

---- Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
